

INST.FED.DE EDUC., CIENCIA E TEC. GOIANO

Estudo Técnico Preliminar 31/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 23732.000040.2026-30

2. Descrição da necessidade

2.1. Este Estudo Técnico Preliminar destina-se a contratação de empresa para prestar serviços de limpeza, asseio e conservação dos prédios do Campus Ipameri do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, localizado na cidade de Ipameri/GO, bem como de seus bens móveis, áreas externas e esquadrias, garantindo assim condições de salubridade, funcionalidade, higiene e conforto a toda a comunidade acadêmica.

2.2. Conforme preceituado no art. 3º do Decreto nº 8.540/2015, ressalta-se que a pretensa contratação é essencial e de relevante interesse público, uma vez que os serviços deverão ser prestados de forma ininterrupta visando atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, para assegurar a limpeza e conservação do Campus Ipameri. Sua interrupção poderá comprometer a prestação de um serviço público e o cumprimento da missão finalística do IF Goiano, conforme aduz o artigo 15 da IN SEGES/MP nº 05/2017 e o Acórdão-TCU nº 132/2018 - Segunda Câmara.

2.3. Por definição, o objeto a ser contratado consiste na prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação predial, com o fornecimento de mão de obra e insumos necessários, incluindo materiais e equipamentos, em conformidade com os requisitos e condições a serem estabelecidos nos documentos que comporão o edital a ser publicado.

2.4. Destaca-se que o campus Ipameri é composto por prédios de características construtivas e idades diversas, possuindo os quantitativos de áreas internas, externas e de esquadrias.

2.5. Resta, à Administração, a terceirização dos serviços em apreço, tendo em vista que o IF Goiano não dispõe de recursos humanos suficientes para o atendimento de serviços de limpeza, visto que essa função foi extinta de seu quadro através do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018.

2.6. Faz-se importante citar que a necessidade atual, parte ainda, em razão negativa pela empresa CONFIANÇA TERCEIRIZAÇÃO LTDA, CNPJ 12.916.218/0001-70, atual prestadora de serviços do Contrato 068/2022, na renovação do contrato.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Gerência de Administração e Planejamento	Rogério Carneiro Machado

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. A contratação será realizada por pregão, na forma eletrônica, do tipo menor preço.

4.2. A licitante deverá comprovar sua capacidade técnica através de atestados que demonstrem sua aptidão para a prestação dos serviços com características, quantidades e prazos compatíveis com a contratação a ser realizada.

4.3. A licitante deverá comprovar também sua habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e econômico financeira, conforme especificado no edital.

4.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos desde que:

I - Haja previsão em edital;

II - Seja respeitada a vigência máxima decenal;

III - Exista justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

IV - As condições e preços permaneçam vantajosas para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes;

V - Haja manifestação expressa da contratada sobre o interesse na prorrogação;

VI - Comprove-se que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação;

VII - Seja atestada a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação;

VIII - Esteja previamente autorizada pela autoridade competente.

4.5. Não há necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, tendo em vista que as especificidades necessárias ao desenvolvimento do serviço serão repassadas por meio de setor competente do IF Goiano Campus Ipameri.

4.6. Os serviços de limpeza deverão ser executados por profissionais qualificados e de acordo com as seguintes categorias de ocupação, conforme Classificação Brasileira de Ocupações - CBO:

ATIVIDADE OU SERVIÇO	CBO
Servente de limpeza	5143-20

4.7. Exige-se para o cargo Servente de Limpeza, o nível de escolaridade de “Ensino Fundamental Incompleto”.

4.8. Foi previsto para os profissionais que integrarão o contrato a carga horária de 40 horas semanais, de segunda a sexta feira, podendo ser adotadas escalas de serviços aos sábados, domingos e feriados, para limpeza e preparação das instalações para concursos e demais eventos promovidos pela instituição, hipótese em que será adotado o sistema de banco de horas, o qual a Contratada deverá atender às especificações da convenção coletiva para implantação do mesmo. Em nenhuma hipótese a Contratante efetuará pagamentos por horas extras e adicional noturno.

4.9. A contratada deverá alocar tantos colaboradores quantos forem necessários ao perfeito cumprimento das tarefas, considerando as áreas e produtividades adotadas, sendo o quantitativo estimado previsto no item 7.5 deste ETP.

4.10. A contratada deverá estar apta a iniciar a execução dos serviços no dia 22 de janeiro de 2026.

4.11. Considerando as recomendações voltadas para a sustentabilidade ambiental nas contratações dos serviços de limpeza e conservação, conforme:

- Lei nº 12.305, de 2010 – Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências;
- Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, que regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010 - SLTI/MPO (Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.);
- Instrução Normativa nº 05/2017 – SEGES/MPDG (Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços, sob regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;
- Guia Nacional de Contratações Sustentáveis - setembro de 2023, 6ª edição, revista, atualizada e ampliada.

Caberá à empresa contratada observar as seguintes práticas:

a. realizar o adequado acondicionamento dos resíduos recicláveis descartados pela Administração.

a.1) os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis devem ser acondicionados adequadamente e de forma diferenciada, para fins de disponibilização à coleta seletiva.

b. otimizar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição, através das seguintes medidas, dentre outras:

b.1) racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes;

b.2) substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

b.3) usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

b.4) racionalizar o consumo de energia (especialmente elétrica) e adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada;

b.5) realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes; e

b.6) treinar e capacitar periodicamente os empregados em boas práticas de redução de desperdícios e poluição.

c. utilizar lavagem com água de reuso ou outras fontes, sempre que possível (águas de chuva, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros);

d. observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7/12/94, e legislação correlata, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

e. fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

f. respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

g. desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, dentre os quais:

g.1) pilhas e baterias que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos devem ser recolhidas e encaminhadas aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores;

g.2) lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral devem ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica; e

g.3) pneumáticos inservíveis devem ser encaminhados aos fabricantes para destinação final, ambientalmente adequada, conforme disciplina normativa vigente.

4.11.1. Caso se enquadre nas hipóteses do artigo 20 da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, a Contratada deverá elaborar plano de gerenciamento de resíduos sólidos, sujeito à aprovação da autoridade competente.

4.11.1.1. Para a elaboração, implementação, operacionalização e monitoramento de todas as etapas do plano de gerenciamento de resíduos sólidos, nelas incluído o controle da disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, será designado responsável técnico devidamente habilitado.

4.11.2. São proibidas, à contratada, as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos: - lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos; - lançamento in natura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração; - queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade; - outras formas vedadas pelo poder público.

4.12. Conforme previsto no **Caderno de Logística** que orienta sobre os aspectos gerais na contratação de serviços de limpeza, asseio e conservação no âmbito da Administração Pública Federal, deverão ser adotadas, no Termo de Referência e/ou Minuta de Contrato, boas práticas sustentáveis para contratação de serviços de limpeza.

1. Deverá ser firmado entre o órgão/entidade e a contratada um Instrumento de Medição de Resultado (IMR), com o propósito de delimitar a execução dos serviços dentro dos padrões de qualidade definidos.
2. É de responsabilidade da contratada na prestação dos serviços contratados, cumprir a legislação ambiental, para a gestão sustentável dos serviços, observando o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), nos termos do ANEXO V-B da Instrução Normativa nº 5, de 25 de maio de 2017.
3. É obrigação da contratada disponibilizar equipe técnica qualificada, devidamente registrada, para a prestação dos serviços, materiais de limpeza, bem como os demais materiais e equipamentos necessários à execução das atividades de limpeza dos ambientes relativos à contratação.
4. A contratada deverá observar a legislação trabalhista relativa à jornada de trabalho, às normas coletivas da categoria profissional e as normas internas de segurança e saúde do trabalho.
5. É obrigação da contratada treinar e capacitar periodicamente seus empregados no atendimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, bem como prevenção de incêndio, práticas de redução do consumo de água, energia e redução da geração de resíduos para implementação das lições aprendidas durante a prestação dos serviços.
6. É de responsabilidade da contratada o fornecimento dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) em bom estado de utilização aos seus funcionários, prezando pela saúde e segurança durante a execução da prestação dos serviços.
7. A contratada deve manter equipamentos e demais materiais necessários à prestação dos serviços em bom estado de funcionamento evitando danos às pessoas e ao estado das instalações hidrossanitárias e elétricas.

8. A contratada deverá observar as recomendações técnicas e legais para o fornecimento dos saneantes domissanitários, sacos de lixo, papel higiênico, produtos químicos, etc.
9. Os serviços de limpeza que necessitem de veículos automotores para execução das atividades, devem reduzir as emissões de gases poluentes, utilizando modelos de veículos classificados como A ou B pelo Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular e utilizar biocombustíveis para abastecimento.
10. É obrigação da contratada adotar medidas para evitar o desperdício da água potável, com verificação da normalização de equipamentos quanto ao seu funcionamento (se estão regulados, quebrados ou com defeitos), bem como práticas de racionalização.
11. A contratada deverá racionalizar o consumo de energia elétrica com a utilização de equipamentos mais eficientes, que possuam a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE), conforme regulamentações, para os casos possíveis.
12. Só será admitida a utilização de equipamentos de limpeza que possuam o Selo Ruído, indicando o nível de potência sonora, conforme a Resolução específica do CONAMA e observações do INMETRO, que possam reduzir o risco à saúde física e mental dos trabalhadores, bem como os demais usuários expostos às condições adversas de ruídos que caracterizem poluição sonora no ambiente de trabalho.
13. A contratada deverá adotar práticas de redução de geração de resíduos sólidos, realizando a separação dos resíduos recicláveis descartados pelo órgão ou entidade, na fonte geradora, e a coleta seletiva conforme legislação específica.
14. É obrigação da contratada respeitar as Normas Brasileiras (NBRs) sobre resíduos sólidos, bem como a Política Nacional de Resíduos Sólidos.
15. A contratada deverá utilizar apenas embalagens recicláveis na prestação do serviço, incentivando sua utilização ou substituição por fontes renováveis.
16. As pilhas e baterias utilizadas na execução dos serviços, em equipamentos ou outros materiais de responsabilidade da contratada, deverão possuir composição que respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio, conforme Resolução CONAMA nº 401/2008.
17. É obrigação da Contratada a apresentação da composição química dos produtos utilizados na prestação do serviço, quando solicitado pela contratante.
18. É proibida a utilização de saneantes domissanitários de Risco I listados no art. 5º da Resolução nº 336/1999 na prestação dos serviços, conforme Resolução ANVISA RE nº 913, de 25 de junho de 2001.
19. É permitido o uso de saneantes domissanitários produzidos com substâncias biodegradáveis, estabelecidas na Resolução ANVISA RDC nº 180, de 3 de outubro de 2006, bem como de produtos desinfetantes domissanitários, previsto na Resolução ANVISA RDC nº 34, de 16 de agosto 2010.
20. É de responsabilidade da contratada a verificação da não utilização de produtos de limpeza que observem a utilização de Substâncias Perigosas, Biodegradabilidade dos Tensoativos, Toxicidade Aquática e Teor de Fósforo acima dos limites estabelecidos por regulamentos ou legislação apropriada.
21. É obrigação da contratada a utilização de produtos de limpeza, preferencialmente, de origem animal e que sejam biodegradáveis.
22. É proibida a utilização de produtos de limpeza e conservação oriundos e/ou derivados de Organismos Geneticamente Modificados (OGM) ou de plantas em risco de extinção. É permitida a utilização de produtos que, comprovadamente, sejam derivados de matérias primas totalmente naturais.
23. É permitida a utilização de produtos que, comprovadamente, sejam derivados de matérias primas totalmente naturais.
24. É permitido o uso de sabonetes que não contenham agentes antimicrobianos, exceto para locais que sejam exigidos por normas afetas à saúde e outras regulamentações.
25. O fornecimento de produtos e serviços deve ser acompanhado do Instrumento de Medição de Resultado (IMR) que assegure a qualidade, disponibilidade, tempo de atendimento e correção de defeitos dentro de parâmetros compatíveis com as atividades de sustentabilidade previstas, utilizando os seguintes indicadores:
 - a. Utilização de produtos de limpeza nas especificações técnicas previstas no edital, que sejam menos agressivos ao meio ambiente ou de menor impacto ambiental.

- b. Ausência de sujidades e manchas nos pisos, tetos, paredes, móveis, persianas e cortinas, vidros, sanitários, lavatórios e chuveiros.
- c. Esvaziamento de lixeiras em $\frac{2}{3}$ por turno, obedecendo às características adotadas para a coleta seletiva e reciclagem de resíduos.
- d. Disponibilização de Equipamentos de Proteção Individual, por empregado.
- e. Utilização de uniformes em condições apresentáveis e nas especificações determinadas.
- f. Ausência de defeito em torneiras e válvulas de descarga que economizem água.
- g. Reuso da água de limpeza para ambientes externos.
- h. Uso de equipamentos mais eficientes para a limpeza e que consumam menos energia elétrica.
- i. Uso de equipamentos de limpeza que emitam menos ruídos e sejam menos prejudiciais à saúde e à qualidade de vida do empregado e dos usuários.
- j. Ausência de resíduos nos ambientes de trabalho ou nos locais nos quais se presta o serviço.
- k. Número de ocorrência necessária para a manutenção de equipamentos decorrente do mau funcionamento e/ou limpeza necessária para esses objetos (bens ou materiais).

4.13. No prazo de 60 (sessenta) dias após o início do contrato, a Contratada deverá providenciar, sem custos adicionais para o IF Goiano Campus Ipameri, os seguintes documentos relativos à saúde e segurança do trabalho, e deverá mantê-los sempre atualizados, conforme legislação vigente:

- Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR);
- Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO).

4.13.1. O percentual de insalubridade foi definido conforme estabelecido na Convenção Coletiva de Trabalho Vigente:

- Convenção Coletiva de Trabalho 2026/2027;
- Número de Registro no MTE: GO001031/2025;
- SINDICATO DOS EMPREGADOS DE EMPRESAS DE ASSEIO CONSERV LIMP PUB E AMBIENT COL LIXO SIM EST GOIAS, CNPJ n. 02.851.939/0001-95; e SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVACAO, LIMPEZA URBAN, CNPJ n. 02.552.768/0001 01.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Em observância à IN/SEGES nº 58/2022, a qual dispõe sobre a elaboração dos estudos técnicos preliminares para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, para o levantamento de mercado poderão ser consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas, bem como por organizações privadas, no contexto nacional ou internacional.

5.2. As soluções de mercado disponíveis e que atendem aos requisitos da contratação foram pesquisadas considerando os parâmetros I e II do artigo 5º da IN/SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021.

5.3. Para a contratação de serviços de limpeza, conservação, higienização e asseio diário, tanto as empresas como os tomadores de serviços, em especial os órgãos públicos, efetivam a contratação de forma semelhante à que se pretende adotar, como pode ser observado nos resultados da pesquisa abaixo, em que a solução utilizada foi a de prestação de serviços de Limpeza e conservação, com mão de obra exclusiva, incluindo o fornecimento de materiais e equipamentos.

5.4. Foram encontrados editais de contratações semelhantes, como exemplificado a seguir:

Identificação da Compra	Serviço Contratado	Unidade de Fornecimento	Instituição	UASG
90046/2025	Contratação de serviços contínuos de limpeza, asseio e conservação predial, com o fornecimento de mão de obra e insumos necessários, incluindo materiais e equipamentos, para atender as necessidades do campus UFSJ/CC	m ²	Universidade Federal de São João Del-Rei	154069
90055/2025	Contratação de serviços contínuos de limpeza, asseio e conservação predial, com fornecimento de todos os materiais de limpeza, equipamentos e utensílios necessários à execução dos serviços, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra	m ²	Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, Campus Vilhena	158148
90002/2025	Contratação de serviços de continuados de limpeza, conservação, higienização, jardinagem e asseio diário, com fornecimento de mão de obra, todos os materiais, equipamentos e ferramentas necessários, a serem executados nas instalações das unidades da Superintendência do IBAMA no Estado de Goiás (SUPES/GO) e unidades vinculadas, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra	Posto	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, Gerência Executiva em Goiás	193018
158496	Contratação de serviços de limpeza, asseio, conservação e higienização, com fornecimento de materiais de limpeza, saneantes domissanitários, EPIs e equipamentos, em regime de dedicação exclusiva de mão de obra	Serviço	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso Campus Confresa	158496
90001/2026	Contratação de serviços contínuos de limpeza, asseio e conservação, em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, com fornecimento de materiais, ferramentas e equipamentos	m ²	Universidade Federal do	154048

5.5. Na contratação em análise não foram identificadas situações específicas ou casos de complexidade técnica do objeto, que pudessem acarretar a realização de audiência pública para coleta de contribuições a fim de definir a solução mais adequada visando preservar a relação custo-benefício, em face dos serviços serem considerados comuns.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. Considerando o levantamento de mercado, a solução escolhida e a ser adotada pelo IF Goiano - Campus Ipameri é a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços contínuos de limpeza, conservação, higienização e asseio diário, com fornecimento de mão de obra e de todos os materiais, equipamentos e ferramentas necessárias à prestação dos serviços, a serem executados nas instalações do IF Goiano - Campus Ipameri, no seguinte endereço: Avenida Vereador José Benevenuto Filho, Quadra 11, Setor Universitário, Ipameri /GO, CEP 75.780-000.

6.2. A solução a ser contratada será remunerada com base na área física a ser limpa, estabelecendo se estimativas de custo por metro quadrado, observadas a peculiaridade, a produtividade, a periodicidade e a frequência de cada tipo de serviço e das condições dos locais a serem limpos e conservados.

6.3. As produtividades mínimas da mão de obra adotadas na elaboração deste estudo, por Servente de Limpeza em jornada de 08 horas diárias, baseiam-se em experiências aferidas de contratos anteriores e vigentes firmados pelo IF Goiano - Campus Ipameri.

6.4. A fim de minimizar riscos e considerando o princípio da eficiência, os materiais de higiene pessoal serão fornecidos junto com os serviços de limpeza. Porém, sempre que houver ata de registros de preços vigente desses materiais, o fornecimento será realizado pelo Setor de Almoxarifado do IF Goiano - Campus Ipameri.

6.5. Ressalta-se que não foram identificados requisitos que restrinjam a competitividade de mercado.

6.6. A solução escolhida está definida por previsão legal na Instrução Normativa nº 5, de 25 de maio de 2017, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

6.7. Metodologia de referência dos serviços

6.7.1. Os serviços deverão, sempre que couber, ser executados com uso de processo mecanizado ou com equipamentos, visando ganhos de produtividade, eficiência e, sobretudo, primando pela preservação da saúde física dos funcionários a serem designados pela Contratada para execução dos serviços.

6.7.2. Os procedimentos de limpeza e higienização a serem adotados deverão observar as práticas da boa técnica e normas estabelecidas pela legislação vigente.

6.7.3. Como forma de obtenção de resultados efetivos dos serviços, recomenda-se a aplicação de manuais de processos e procedimentos de limpeza e higienização produzidos por associações do mercado de limpeza profissional.

6.7.3.1. A Contratada deverá providenciar treinamento anual aos seus colaboradores, abordando técnicas de limpeza profissional, de redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos.

6.7.3.2. O treinamento deverá ser realizado em períodos de recesso acadêmico, a ser previamente acordado com a Fiscalização, e comprovado mediante apresentação de certificados de participação com conteúdo programático.

6.7.4. Na execução dos serviços, deverão ser adotados procedimentos que minimizem os incômodos causados à comunidade acadêmica, particularmente no que se refere à produção excessiva de poeira ou ruído.

6.7.5. O profissional de limpeza deverá sempre utilizar placas sinalizadoras e deixar um lado livre para o trânsito de pessoal, enquanto se procede à limpeza do outro lado.

6.7.6. O profissional de limpeza deverá ser orientado a não utilizar, sob nenhuma hipótese, os mesmos utensílios e panos de limpeza utilizados em banheiros para higiene dos demais ambientes.

6.7.7. Os materiais e equipamentos utilizados nos serviços deverão ser mantidos sempre organizados, a fim de evitar acidentes e poluição visual.

6.7.8. Os trabalhadores alocados para execução dos serviços em áreas consideradas insalubres deverão ser fixos, devido à necessidade de treinamento específico a ser oferecido pela contratada. O remanejamento ou substituição da mão de obra nestes locais por parte da Contratada deverá ser comunicado com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas.

6.7.9. Atribuições dos colaboradores

6.7.9.1. Servente de Limpeza

Efetuar a limpeza, respeitando as normas de segurança do trabalho e as recomendações dos fabricantes dos produtos e equipamentos utilizados;

- Abastecer os banheiros com os materiais necessários à higiene (papel higiênico, papel toalha e sabonete), observando para que não falem;
- Proceder à coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da Instrução Normativa – MARE nº 6, de 3/11/1995;
- Cumprir todas as normas e determinações legais emanadas do Gestor ou do Fiscal do contrato, por meio do encarregado da empresa contratada;
- Tratar todos os servidores da Contratante, terceirizados, estagiários, colegas de trabalho e demais pessoas com educação, urbanidade, presteza, fineza e atenção;
- Abster-se da execução de atividades alheias aos objetivos da contratação, durante o período em que estiver prestando os serviços;
- Encaminhar ao conhecimento da Contratante, por meio do Gestor ou do Fiscal de contrato, de forma imediata e em qualquer circunstância, a constatação de pessoas com atitude suspeita observada nas dependências da Contratante;
- Zelar pela segurança, limpeza e manutenção das instalações, mobiliários e equipamentos;
- Preencher conforme execução a lista de atividades a serem realizadas, conforme repasse da contratada, de acordo com a sua respectiva periodicidade;
- Colaborar de forma efetiva na informação de ocorrências para manutenção constante das instalações. Exemplos de ocorrências mais comuns e que devem ser apontadas: vazamentos nas torneiras ou nos sifões dos lavatórios; dispensers de sabonete, papel toalha e papel higiênico quebrados; lâmpadas queimadas ou piscando; tomadas e espelhos soltos; fios desencapados; janelas, fechaduras ou vidros quebrados; portas internas dos banheiros e suas respectivas travas; válvulas das descargas e assentos quebrados;
- Apresentar-se sempre uniformizado, zelando pela conservação da vestimenta e buscando reposição, quando necessário;

- Separar e encaminhar para o fiscal técnico todo utensílio e material inapropriado (quebrado/estragado) para uso para fins de descarte;
- Executar as demais atividades inerentes ao cargo e aquelas necessárias ao bom desempenho do trabalho.
- Responsabilizar-se pelo bom andamento dos serviços prestados;
- Zelar pela qualidade do serviço e otimização dos gastos de materiais usados na limpeza e conservação das edificações;
- Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Administração;

6.7.10. Descrição dos serviços

Os serviços serão executados na frequência discriminada abaixo:

6.7.10.1. ÁREAS INTERNAS

a. Diariamente, uma vez, quando não definida outra frequência

- Remover, com pano úmido, o pó das mesas, cadeiras, armários, arquivos, prateleiras, persianas, peitoris, caixilhos das janelas, bem como dos demais móveis existentes, inclusive aparelhos elétricos, extintores de incêndio, etc.;
- Retirar o pó dos computadores e telefones com flanela e produtos adequados; Varrer, remover manchas e lustrar os pisos encerados;
- Varrer, passar pano úmido e polir os balcões e os pisos vinílicos, de mármore, cerâmicos, de marmorite e emborrachados;
- Abastecer com papel toalha, higiênico e sabonete líquido os sanitários, duas vezes ao dia ou mais, quando necessário;
- Abastecer com álcool gel os dispensers instalados nas dependências da contratante;
- Limpar os elevadores, interna e externamente, com produtos adequados, bem como suas guias e capachos;
- Realizar a separação dos resíduos recicláveis na fonte geradora e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, conforme Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, procedida pela coleta seletiva de papel para reciclagem, quando couber, nos termos da legislação vigente;
- Limpar os corrimãos;
- Limpar e suprir os bebedouros com garrações de água mineral, adquiridos pela Administração;
- Varrer e remover o pó dos pisos das salas de aula, laboratórios e bibliotecas, utilizando pano úmido;
- Limpar e ordenar as mesas, as carteiras, os quadros negros e demais móveis das salas de aula e bibliotecas, utilizando pano úmido, sempre que terminar a utilização destes espaços pelos alunos ou antes de cada turno de aulas;
- Recolher o lixo espalhado pelo piso das salas de aula, circulação, escadas, hall de entrada, bibliotecas, laboratórios;
- Recolher fezes e outros dejetos de animais na parte externa dos prédios, e interna, quando necessário;
- Lavar rouparias em geral.
- Executar demais serviços considerados necessários à frequência diária.

b. Diariamente, duas vezes, quando não explicitado:

- Passar pano úmido com álcool nos tampos das mesas e assentos dos refeitórios antes e após as refeições;
- Efetuar a lavagem de bacias, assentos e pias dos sanitários com saneante domissanitário desinfetante;
- Limpar com saneantes domissanitários os pisos dos sanitários, copas e outras áreas molhadas;
- Abastecer com papel toalha, papel higiênico e sabonete líquido os sanitários, quando necessário; e

- Retirar o lixo, acondicionando-o em sacos plásticos de cem litros, removendo-os para local indicado pela Administração.

c. Semanalmente, uma vez, quando não definida outra frequência

- Limpar atrás dos móveis, armários e arquivos;
- Limpar, com produtos adequados, divisórias e portas revestidas de fórmica;
- Limpar, com produto neutro, portas, barras e batentes pintados a óleo ou verniz sintético;
- Limpar os espelhos com pano umedecido em álcool; e
- Eliminar marcas de lápis e caneta, adesivos, gomas de mascar das superfícies das mesas e carteiras escolares; dos encostos das cadeiras (exceto em cadeiras estofadas);

d. Mensalmente, uma vez, quando não definida outra frequência

- Lustrar todo o mobiliário envernizado com produto adequado e passar flanela nos móveis encerados;
- Limpar, com produto apropriado, as forrações de couro ou plástico em assentos e poltronas;
- Limpar com produtos adequados todos os interruptores de energia, condutores de energia e internet;
- Limpar e polir todos os metais, como válvulas, registros, sifões, fechaduras, etc.;
- Lavar os balcões e os pisos vinílicos, de mármore, de granito, cerâmicos, de marmorite, de granitina e emborrachados com detergente, encerar e lustrar;
- Retirar o pó e resíduos, com pano úmido, dos quadros em geral;
- Passar pano úmido com saneantes domissanitários nos telefones;
- Retirar as teias de aranha e traças dos espaços físicos das edificações;
- Executar demais serviços considerados necessários à frequência semanal.

e. Trimestralmente, uma vez:

- Limpar todas as luminárias por dentro e por fora;
- Limpar forros, paredes e rodapés;
- Limpar cortinas, com equipamentos e acessórios adequados;
- Limpar persianas com produtos adequados;
- Remover manchas de paredes e pisos;
- Limpar, engraxar e lubrificar portas, grades, basculantes, caixilhos, janelas de ferro (de malha, enrolar, pantográfica, correr, etc.);
- Limpar ventiladores e aparelhos ar condicionados;
- Aspirar o pó e limpar calhas;
- Fazer a higienização e assepsia em todos os pontos de consumo de água mineral respeitando a legislação vigente de saúde e segurança do trabalho (Portaria nº 3.214 de 08/06/1978, do Ministério do Trabalho), e
- Proceder a uma revisão minuciosa de todos os serviços prestados durante o mês.

f. Semestralmente, uma vez:

- Limpar armários internamente solicitando ao usuário que retire os objetos do seu interior; e
- Lavar as cortinas das salas das edificações a cada seis meses.

g. Anualmente, uma vez:

- Aspirar o pó e limpar calhas;
- Limpeza dos ambientes externos (chão, paredes, escadas).

6.7.10.2. ESQUADRIAS EXTERNAS

a. Trimestralmente, uma vez:

- Limpar todos os vidros (face interna/externa) de fácil acesso pelos colaboradores, aplicando produtos antiembaçantes com recurso a extensores e utensílios apropriados à execução da tarefa.

6.7.10.3. ÁREAS EXTERNAS

a. Diariamente, uma vez:

- Retirar o lixo, duas vezes ao dia, acondicionando-o em sacos plásticos de cem litros, removendo os para local indicado pela Administração; e
- Proceder à varrição de pátios e áreas verdes.

b. Semanalmente, três vezes:

- Remover capachos e tapetes, procedendo a sua limpeza;
- Varrer, passar pano úmido e polir os pisos vinílicos, de mármore, cerâmicos, de marmorite e emborrachados;
- Varrer as áreas pavimentadas;
- Realizar a separação dos resíduos recicláveis na fonte geradora e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, conforme Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, procedida pela coleta seletiva de papel para reciclagem, quando couber, nos termos da legislação vigente; e
- Executar demais serviços considerados necessários à frequência de três vezes por semana.

c. Semanalmente, uma vez:

- Limpar e polir todos os metais (torneiras, válvulas, registros, sifões, fechaduras, etc.);
- Lavar com detergente, encerar e lustrar os pisos vinílicos, de mármore, cerâmicos, de marmorite e emborrachados;
- Retirar papéis, detritos e folhagens das áreas verdes; e
- Executar demais serviços considerados necessários à frequência semanal.

d. Mensalmente, uma vez:

- Lavar as áreas cobertas.

6.7.11. A relação de tarefas e de periodicidades listadas acima é apenas exemplificativa, podendo ser exigidas outras atividades não relacionadas, bem como frequências diferenciadas daquelas determinadas, em razão de necessidade e de adequação dos serviços, para que estes atendam a contento a demanda da contratante.

6.7.12. A Contratada deve seguir as instruções estabelecidas nas Normas Regulamentadoras do Trabalho, em especial a NR 06 - Equipamento de Proteção Individual (EPI) e NR 35 – Trabalho em Altura, do Ministério do Trabalho e Emprego.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. O quantitativo de áreas a serem limpas diariamente foi levantado em conjunto pela Gerência de Administração e Planejamento, considerando os projetos disponíveis e medições in loco, sendo as periodicidades e frequências de limpeza estabelecidas de acordo com as necessidades de cada ambiente, em função de sua característica, fluxo de usuários e utilização.

7.2. O quantitativo de funcionários terceirizados demandados nesta contratação foi levantado a partir das diretrizes contidas na IN SEGES/MP nº 05/2017, considerando ainda a experiência de contratações anteriores. São estimados 4 (quatro) funcionários, sendo:

- 4 (quatro) serventes de limpeza para a área interna (piso frio, laboratórios, espaços livres, banheiros), área externa e esquadrias, com adicional de insalubridade de 20%.

7.3. A seguir o resumo da demanda de limpeza diária e quantitativo estimado de serventes. A planilha detalhada contendo as áreas, as frequências e periodicidades estimadas de limpeza constam no anexo I deste ETP.

Resumo da demanda de limpeza diária e quantitativo de serventes			
Identificação	Total demanda de limpeza diária (m2)	Produtividade	Nº de funcionários /dia
1. Área interna - Piso frio	1.303,11	1200	1,086
2. Área interna - Banheiros	349,11	300	1,164
3. Área interna - Laboratórios	314,39	450	0,699
4. Área interna - Espaços livres	1.043,89	1500	0,696
5. Área externa - Pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações	293,3	2700	0,109
6. Área externa - Passeios e arruamentos	323,45	9000	0,036
7. Área externa - Pátios e áreas verdes com alta frequência	790,7	2700	0,293
8. Esquadrias	20,59	380	0,054
TOTAL	4.438,54		4,136

7.4. As produtividades mínimas adotadas pela Equipe de Planejamento da Contratação atendem às disposições contidas no ANEXO VI-B da Instrução Normativa nº 05/2017 - SEGES/MPDG, especificamente:

7.4.1. Na alínea “b”, item 1, a qual prevê que deverão constar do Projeto Básico na contratação de serviços de limpeza e conservação a “produtividade mínima a ser considerada para cada categoria profissional envolvida, expressa em termos de área física por jornada de trabalho ou relação de serventes por encarregado;”

7.4.2. No subitem 2.1, item 2, dispondo que “os órgãos e entidades deverão utilizar as experiências e os parâmetros aferidos e resultantes de seus contratos anteriores para definir as produtividades da mão de obra, em face das características das áreas a serem limpas, buscando sempre fatores econômicos favoráveis à Administração Pública”.

7.4.3. Estão compreendidas nas faixas referenciais de produtividade previstas no item 3, subitens 3.1 a 3.5.

7.5. Salienta-se que não há delimitação de produtividades máximas, tendo em vista que o objetivo é a contratação de serviços que associem qualidade, eficiência e ganhos de produtividade. Entretanto, em caso de propostas com produtividades superiores às definidas na tabela do item 7.3, competirá à licitante apresentar comprovação de exequibilidade, conforme previsto na IN 05/2017, item 6, subitem 6.2, Letra d, ANEXO VII-A, na qual a interessada deverá explicitar, de forma inequívoca, os elementos que incidirão para o aumento da produtividade e na consequente obtenção da qualidade e eficiência na execução dos serviços.

Insumos Diversos (Uniformes, EPIs, materiais e equipamentos)

7.6. O método utilizado para o levantamento do quantitativo de materiais e equipamentos necessários, foi o histórico de demanda de tais materiais, de acordo com o acompanhamento das contratações anteriores. A seguir, consta o detalhamento do quantitativo de insumos a serem fornecidos na presente contratação.

7.6.1. Uniformes

7.6.1.1. Deverá ser fornecido aos colaboradores 01 (um) conjunto completo no início da execução do contrato, devendo ser substituído a cada 12 (doze) meses, em caso de prorrogação contratual, ou a qualquer época, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após comunicação expressa da Contratante, sempre que não atendam às condições mínimas de apresentação.

7.6.1.2. Os uniformes a serem fornecidos pela contratada aos seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, conforme descrição e quantidades a seguir:

Servente (áreas comum e insalubre)

Item	Descrição	Quantidade	Unidade de Fornecimento
1	AGASALHO DE FRIO TIPO JAPONA, MATERIAL:70% POLIÉSTER E 30% ALGODÃO, REVESTIMENTO INTERNO:FORRO REMOVÍVEL, BACTERICIDA, FUNGICIDA E ANTI-MIC, MATERIAL FORRO:MANTA TÉRMICA, APLICAÇÃO:PROTEÇÃO CONTRA O FRIO EM BAIXAS TEMPERATURAS	1	Unidade
2	CALÇA, MATERIAL:BRIM, MODELO:UNISSEX, QUANTIDADE BOLSOS: 3, COR:CINZA, TAMANHO:SOB MEDIDA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:COM ELÁSTICO E CORDÃO NA CINTURA, SEM FECHO	4	Unidade
3	CAMISA UNIFORME\, MATERIAL 100% ALGODÃO\, TIPO MANGA CURTA COM PUNHO EM ACABAMENTO RETILINEA\, TIPO COLARINHO EM V COM ACABAMENTO DE RETILINEA\, TAMANHO PP\, P\, M\, G\, GG\, EXG E G2\, TIPO USO UNIFORME\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CONFORME LOGOMARCA DA EMPRESA\, TIPO CAMISA UNIFORME ESCOLAR	8	Unidade
4	CARTÃO IDENTIFICAÇÃO, MATERIAL:PVC, COMPRIMENTO:54 MM, LARGURA:85 MM, TIPO IMPRESSÃO:FRENTE/VERSO, PERSONALIZADO CONFORME MODELO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PROTETOR DE CRACHÁ RÍGIDO/JACARÉ/REGULADOR BOLINHA, APLICAÇÃO: IDENTIFICAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS	1	Unidade
5	SAPATO SEGURANÇA\, MATERIAL EVA\, MATERIAL SOLA BORRACHA VULCANIZADA ANTIDERRAPANTE\, TAMANHO SOB MEDIDA\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS FECHADO NA REGIÃO CALCANHAR \, PALMILHA DESTACÁVEL \,\, TIPO MONOBLOCO FECHADO. COR PRETA	2	Par
6	CAPA CHUVA, MATERIAL:PVC, TIPO USO:PROFISSIONAL, COR: AMARELA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CAPUZ,BOTÕES PLÁSTICO PRESSÃO,COM SOLDA ELETRÔNICA, TAMANHO REFERÊNCIA:SOB MEDIDA	1	Unidade
7	BOTINA SEGURANÇA\, MATERIAL COURO\, MATERIAL SOLA POLIURETANO (PU) BI-DENSIDADE\, MODELO COM CADARÇO\, TIPO SOLA ANTIDERRAPANTE COM ESTRUTURA INJETADA NO CABEDAL \, TAMANHO SOB MEDIDA	1	Par
9	BOTA SEGURANÇA\, MATERIAL PVC INJETADO\, MATERIAL SOLA BORRACHA ANTIDERRAPANTE\, COR BRANCA\, TAMANHO SOB MEDIDA\, TIPO CANO MÉDIO\, TIPO USO PROTEÇÃO\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS IMPERMEÁVEL\, APLICAÇÃO USO GERAL	1	Par
10	MEIA VESTUÁRIO\, MATERIAL:ALGODÃO\, POLIAMIDA E ELATODIENO\, TIPO:ESPORTIVA\, COR:PRETA\, TAMANHO:ÚNICO\, APLICAÇÃO:ADULTO\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:CANO LONGO, MEIA VESTUÁRIO MASCULINO\, MATERIAL:POLIAMIDA 69% \, ALGODÃO 28% E ELASTANO 3%\, TIPO:ESPORTIVA CM\, COR:PRETA CM\, TAMANHO:GRANDE\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:CANO LONGO / PÉ ATOALHADO	6	Par

7.6.1.3. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que houver necessidade.

7.6.1.4. Todos os quantitativos de uniformes descritos nas tabelas acima, estimados para a vigência de 12 (doze) meses, deverão ser entregues em parcela única à fiscalização do contrato, no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar do início de vigência do contrato.

7.6.1.5. Todos os itens do conjunto de uniforme estarão sujeitos à prévia aprovação da Contratante e, a pedido dela, poderão ser substituídos, caso não correspondam às especificações e medidas dos funcionários.

7.6.1.6. Poderão ocorrer eventuais alterações nas especificações dos uniformes quanto ao tecido, cor e modelo, desde que previamente aceitas pela fiscalização da Contratante.

7.6.1.7. O uniforme deverá ser entregue mediante recibo (relação nominal), cuja cópia deverá ser apresentada à Contratante, no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da entrega, não podendo ser repassado o custo do uniforme ao ocupante do posto de trabalho nem ser exigido o uniforme usado por ocasião da entrega dos novos.

7.7. Para atendimento ao objeto da licitação, a contratada ficará obrigada a fornecer uniformes para feristas e repositores sempre que forem substituir a mão de obra residente.

7.8. Os dispêndios com a substituição eventual de mão de obra foram previstos na estimativa de preço da contratação e constam no Módulo 4 – Custos de Reposição do Profissional Ausente. Cabe à licitante observar tal custo em suas propostas, devendo arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta.

7.9. Materiais

7.9.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

7.9.2. A relação e quantidades de materiais de fornecimento mensal e sob demanda, apresentadas a seguir são apenas referenciais e resultam de pesquisa do perfil de consumo da Contratante, com base em contratos anteriores.

7.9.3. Poderão ocorrer alterações nas quantidades e inclusão de novos materiais, de acordo com a necessidade do serviço.

7.9.4. Materiais (áreas comum e insalubre)

MATERIAIS DE LIMPEZA MENSAL (ESTIMATIVA)			
SERVENTE (ÁREAS COMUM E INSALUBRE)			
Item	Descrição	Quantidade	Unidade de Fornecimento
1	ÁGUA SANITÁRIA, COMPOSIÇÃO QUÍMICA HIPOCLORITO DE SÓDIO, HIDRÓXIDO DE SÓDIO, CLORETO, TEOR CLORO ATIVO VARIA DE 2 A 2,50%, COR INCOLOR, APLICAÇÃO LAVAGEM E ALVEJANTE DE ROUPAS, BANHEIROS, PIAS	6	Galão 5 Litros
2	ÁLCOOL ETÍLICO LIMPEZA DE AMBIENTES TIPO: ETÍLICO, APLICAÇÃO: LIMPEZA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: LÍQUIDO, CONCENTRAÇÃO: 70%	10	Frasco 1 Litro
3	CERA TIPO: LÍQUIDA, COR: INCOLOR LEITOSO, COMPOSIÇÃO: A BASE DE ÁGUA, CARNAÚBA E RESINAS METALIZADAS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ANTIDERRAPANTE, IMPERMEABILIZANTE, APLICAÇÃO: LIMPEZA DE PISOS	5	Galão 5 Litros
	CERA TIPO: LÍQUIDA, ORIGEM: CERAS NATURAIS,		

4	COMPOSIÇÃO: RESINA NATURAL ALCALINIZADA/PERFUME /CORANTE/ÁGUA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ACRÍLICA, APLICAÇÃO: PISOS CERÂMICOS, GRANITOS, MÁRMORE E PAVIFLEX	5	Galão 5 Litros
5	DESINFETANTE, COMPOSIÇÃO:À BASE DE QUATERNÁRIO DE AMÔNIO, PRINCÍPIO ATIVO:CLORETO ALQUIL DIMETIL BENZIL AMÔNIO +TENSOATIVOS, TEOR ATIVO:SOLUÇÃO CONCENTRADA, TEOR ATIVO EM TORNO DE 50%, FORMA FÍSICA:SOLUÇÃO AQUOSA, CARACTERÍSTICA ADICIONAL:COM AROMA FLORAL	30	Litro
6	DESODORIZADOR APRESENTAÇÃO: AEROSOL, APLICAÇÃO: AROMATIZADOR AMBIENTAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: AÇÃO NEUTRALIZANTE	4	Unidade
7	DETERGENTE COMPOSIÇÃO: TENSOATIVOS ANIÔNICO, TENSOATIVO NÃO-IÔNICO, TENSO, APLICAÇÃO: LIMPEZA PESADA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PH 6 A 8, PRINCÍPIO ATIVO TRICLOSAN 0,3 A 0,5%, ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO	6	Galão 5 Litros
8	DETERGENTE COMPOSIÇÃO: DODECILBENZENO SULFONATO DE SÓDIO, APLICAÇÃO: LAVAGEM DE LOUÇAS, AROMA: INODORO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PH 6,5 A 7,5, ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO INCOLOR	12	Frasco 500ML
9	DISCO DE FELTRO DE ENCERADEIRA MATERIAL: FIBRAS SINTÉTICA DE ALTA QUALIDADE, DIAMETRO: 350 MM, ESPESSURA: 25 MM, ORIFÍCIO CENTRAL: 85 MM, COR: PRETA, USO: REMOVEDOR	6	Unidade
10	ESPONJA LIMPEZA MATERIAL: ESPUMA / FIBRA SINTÉTICA, FORMATO: RETANGULAR, APLICAÇÃO: LIMPEZA GERAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DUPLA FACE, COMPRIMENTO MÍNIMO: 100 MM, LARGURA MÍNIMA: 70 MM, ESPESSURA MÍNIMA: 20 M	24	Unidade
11	FLANELA, MATERIAL:ALGODÃO, COMPRIMENTO:40 CM, LARGURA:60 CM, COR:BRANCA	20	Unidade
12	INSETICIDA, TIPO: LÍQUIDO, APLICAÇÃO: USO DOMÉSTICO AEROSSOL	1	Frasco 450ML
13	ESPONJA LIMPEZA MATERIAL: LÃ AÇO, APLICAÇÃO: LIMPEZA GERAL. BOMBRIL, ASSOLAN OU SIMILAR	5	Pacote c/ 8 unidades
14	LUSTRADOR MÓVEIS COMPONENTES: BASE DE SILICONE, AROMA: LAVANDA, APLICAÇÃO: MÓVEIS E SUPERFÍCIES LISAS, ASPECTO FÍSICO: PASTOSO	4	Frasco 200ML
15	SOLUÇÃO LIMPEZA COMPOSIÇÃO BÁSICA: LINEAR ALQUIL BENZENO, SULFONATO DE SÓDIO, TENSOATIVOS, APLICAÇÃO: LIMPEZA EM GERAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: REMOVER GORDURAS, PÓ E OUTROS TIPOS DE SUJEIRA	15	Frasco 500ML
16	LUVA SEGURANÇA MATERIAL: 100% LÁTEX NITRÍLICO, TAMANHO: G, APLICAÇÃO: MANUSEIO REAGENTE QUÍMICO E RADIOATIVO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM FORRO, SEM TALCO, PULSO COM BAINHA, MODELO: PALMA ANTIDERRAPANTE, TIPO: AMBIDESTRA	8	Par
17	PANO LIMPEZA MATERIAL: 45% ALGODÃO, 45% POLIESTER, 10% VISCOSE, COMPRIMENTO: 70 CM, LARGURA: 40 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ALVEJADO, COM BORDAS COSTURADAS, APLICAÇÃO: LIMPEZA DE PISOS	20	Unidade
18	TOALHA DE PAPEL MATERIAL: 100% CELULOSE VIRGEM, TIPO FOLHA: 2 DOBRAS, COMPRIMENTO: 20 CM, LARGURA: 21 CM, COR: BRANCA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:	30	Pacote c/ 1000 folhas

	INTERFOLHADA		
19	SABONETE LÍQUIDO ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO CREMOSO PEROLADO, APLICAÇÃO: ASSEPSIA DAS MÃOS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PH NEUTRO, DENSIDADE 0,9 A 1,05 G/M3, COMPOSIÇÃO: AGENTES EMOLIENTES E HIDRATANTES, COMPOSTOS DE SAIS, COM AROMA	4	Galão 5 Litros
20	SACO PLÁSTICO LIXO, CAPACIDADE 100 L, COR PRETA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS Nº 14, REFORÇADO	4	Pacote c/ 100 unidades
21	SACO PLÁSTICO LIXO MATERIAL: POLIETILENO, CAPACIDADE: 20 L, ESPESSURA: 4 MICRA, COR: PRETA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: REFORÇADO, APLICAÇÃO: COLETA DE LIXO	4	Pacote c/ 100 unidades
22	SACO PLÁSTICO LIXO, CAPACIDADE:60 L, COR:PRETA, LARGURA:63 CM, ALTURA:70 CM, ESPESSURA:0,008 MICRA, APLICAÇÃO:COLETA DE LIXO	4	Pacote c/ 100 unidades
23	DESODORIZADOR SANITÁRIO COMPOSIÇÃO: PARADICLORO BENZENO MIN 98%, ESSÊNCIA: EUCALIPTO, ASPECTO FÍSICO: EM PEDRA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SUPORTE PLÁSTICO PARA VASO SANITÁRIO	1	Caixa c/ 144 unidades
24	RODO MATERIAL CABO: MADEIRA, MATERIAL SUPORTE: MADEIRA, COMPRIMENTO SUPORTE: 60 CM, QUANTIDADE BORRACHAS: 2 UN, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CABO REVESTIDO EM PLÁSTICO. CABO COM NO MÍNIMO 1,50 M	4	Unidade
25	RODO MATERIAL CABO: MADEIRA, MATERIAL SUPORTE: AÇO GALVANIZADO, COMPRIMENTO SUPORTE: 90 CM, QUANTIDADE BORRACHAS: 2 UN, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CABO COM NO MÍNIMO 1,50 M	4	Unidade
26	RODO MATERIAL CABO: MADEIRA COM CAPA PLÁSTICA, MATERIAL SUPORTE: MADEIRA, COMPRIMENTO SUPORTE: 40 CM, QUANTIDADE BORRACHAS: 2 UN, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CABO COM NO MÍNIMO 1,40 M	4	Unidade
27	SABÃO EM BARRA GLICERINADO, TIPO: NEUTRO, 900 GRAMAS	2	Unidade
28	SABÃO EM PÓ APLICAÇÃO: LAVAR ROUPAS, ADITIVOS: ALVEJANTE E AMACIANTE, ODOR: FLORAL, ASPECTO FÍSICO: PÓ	5	Kg
29	VASSOURA MATERIAL CERDAS: PIAÇAVA, MATERIAL CABO: MADEIRA, MATERIAL CEPA: MADEIRA, COMPRIMENTO CEPA: 11 CM, COMPRIMENTO CERDAS: 14 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM CABO, TIPO: DOMÉSTICA	4	Unidade

MATERIAIS DE LIMPEZA PARA ENTREGA ANUAL (ESTIMATIVA)			
SERVENTE (ÁREAS COMUM E INSALUBRE)			
Item	Descrição	Quantidade	Unidade de Fornecimento
1	BALDE, MATERIAL PLÁSTICO, CAPACIDADE 20 L, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM ALÇA METÁLICA, APLICAÇÃO USO GERAL	5	Unidade
2	DESENTUPIDOR VASO SANITÁRIO, MATERIAL BORRACHA FLEXÍVEL, COR PRETA, ALTURA 10 CM, DIÂMETRO 16 CM, MATERIAL CABO MADEIRA, COMPRIMENTO CABO 50 CM	2	Unidade
3	DISPENSER PAPEL TOALHA, MATERIAL PLÁSTICO ABS, TIPO INTERFOLHA, COR BRANCA E CINZA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS INTERFOLHA 3 DOBRAS: 23X27 CM E 2 DOBRAS: 23X23 CM, DIMENSÕES 32 X 26,70 X 12,80 CM	10	Unidade
	DISPENSER HIGIENIZADOR, MATERIAL PLÁSTICO ABS,		

4	CAPACIDADE 400 ML, TIPO FIXAÇÃO PAREDE, COR BRANCA, APLICAÇÃO MÃOS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS VISOR FRONTAL PARA ÁLCOOL GEL OU SABONETE LÍQUIDO	10	Unidade
5	ESPANADOR, MATERIAL PENAS, MATERIAL CABO MADEIRA, COMPRIMENTO CABO 40 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS TORNEADO E REFORÇADO	8	Unidade
6	EXTENSÃO ELÉTRICA, COMPRIMENTO 50 M, COMPONENTES 1 PLUGUE MACHO E 1 PLUGUE FÊMEA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS DIÂMETRO DO FIO 8MM, TENSÃO NOMINAL 250 V, MATERIAL TERMOPLÁSTICO ANTI-CHAMA, CORRENTE NOMINAL 10 A	2	Unidade
7	LIXEIRA, MATERIAL PLÁSTICO, CAPACIDADE 10 L, TIPO COM TAMPA E PEDAL, DIÂMETRO 28 CM, ALTURA 45 CM, COR BRANCA	20	Unidade
8	LIXEIRA, MATERIAL PLÁSTICO POLIPROPILENO DE ALTA RESISTÊNCIA, CAPACIDADE 60 L, TIPO COM TAMPA E PEDAL, FORMATO RETANGULAR	8	Unidade
9	MANGUEIRA JARDIM, MATERIAL PVC E POLIÉSTER TRANÇADO, DIÂMETRO 1/2 POL, PRESSÃO MÁXIMA 12 BAR., COMPRIMENTO 50 M, COR CRISTAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS TRÊS CAMADAS INTERMEDIÁRIA DE PVC TRANSPARENTE	5	Unidade
10	PÁ COLETORA LIXO, MATERIAL COLETOR PLÁSTICO, MATERIAL CABO MADEIRA, COMPRIMENTO CABO 80 CM, COMPRIMENTO 23 CM, LARGURA 19 CM, APLICAÇÃO LIMPEZA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CABO REVESTIDO EM PLÁSTICO	5	Unidade
11	PLACA SINALIZADORA, MATERIAL: POLIPROPILENO, TIPO: INDICATIVA, LARGURA: 30 CM, ALTURA: 65 CM, COR: AMARELA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CONFORME MODELO, COMPRIMENTO: 65 CM, “Banheiro fora de uso - não entre”	4	Unidade
12	PLACA SINALIZADORA, MATERIAL: POLIPROPILENO, TIPO: INDICATIVA, LARGURA: 30 CM, ALTURA: 65 CM, COR: AMARELA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CONFORME MODELO, COMPRIMENTO: 65 CM, “Atenção: Piso Molhado”	2	Unidade
13	BORRIFADOR, MATERIAL PLÁSTICO, TIPO SPRAY, CONTENDO BICO BORRIFADOR, APLICAÇÃO MATERIAL DE LIMPEZA - FRASCO NO MÍNIMO DE 750ML E MÁXIMO DE 1,5L	6	Unidade
14	TAPETE TIPO CAPACHO, MATERIAL FIBRA DE VINIL, COMPRIMENTO 1 M, LARGURA 0,60 M, COR CINZA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS BORDAS E LETRAS NA COR PRETA	12	Unidade
15	VASSOURA MATERIAL CERDAS: PÊLO SINTÉTICO, MATERIAL CEPA: POLIPROPILENO, COMPRIMENTO CEPA: 40 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CABO DE MADEIRA PLASTIFICADA, DIÂMETRO CEPA: 25 CM	10	Unidade
16	VASSOURA, MATERIAL CERDAS SISAL, MATERIAL CABO MADEIRA, TIPO VASCULHO, APLICAÇÃO LIMPEZA TETO, COMPRIMENTO CABO 200 CM	4	Unidade
17	VASSOURINHA MATERIAL CERDA: NÁILON, MATERIAL CABO: PLÁSTICO, APLICAÇÃO: LIMPEZA SANITÁRIO	15	Unidade
18	ESPÁTULA MATERIAL LÂMINA: AÇO INOX, MATERIAL CABO: MADEIRA, APLICAÇÃO: MASSA E RASPAGEM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: LÂMINA FLEXÍVEL, FORMATO ARREDONDADO, COMPRIMENTO: 15 CM	4	Unidade

7.9.5. Informamos que não será aceita a entrega dos materiais em bombonas de 50 litros. A unidade de fornecimento deverá ser conforme especificado na listagem acima.

7.10. Equipamentos

7.10.1. A seguir é apresentada a relação dos equipamentos e utensílios para limpeza, conservação e higiene a serem fornecidos pela contratada, devendo providenciar a sua substituição e/ou manutenção sempre que necessário.

EQUIPAMENTOS			
SERVENTE (ÁREAS COMUM E INSALUBRE)			
Item	Descrição	Quantidade	Unidade de Fornecimento
1	ASPIRADOR DE PÓ E ÁGUA, MATERIAL TERMOPLÁSTICO ABS COM GUARNIÇÕES EM BORRACHA, CAPACIDADE 20 L, TENSÃO ALIMENTAÇÃO 220 V, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS BOCAIS, PROLONGADOR E FILTRO DE PAPEL, POTÊNCIA 1.400 W	2	Unidade
2	CARRO COLETOR LIXO, MATERIAL POLIETILENO, CAPACIDADE 120 L, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CINZA, 970X480X550M, PROTEÇÃO RAIOS UV, COM TAMPA, 2 RODAS	2	Unidade
3	ESCADA DOMÉSTICA, MATERIAL ALUMÍNIO, NÚMERO DEGRAUS 4 UN, REVESTIMENTO DEGRAUS ANTIDERRAPANTE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CALÇO DE BORRACHA NOS PÉS	1	Unidade
4	ESCADA DOMÉSTICA, MATERIAL ALUMÍNIO, NÚMERO DEGRAUS 6 UN, ALTURA 1,70 M, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PÉS ANTI-DERRAPANTES, SAPATAS BORRACHA, TRAVAMENTO, CAPACIDADE 120 KG	2	Unidade
5	CARRO LIMPEZA, MATERIAL METAL E PLÁSTICO, TIPO 4 RODÍZIOS, COMPRIMENTO 114 CM, LARGURA 48 CM, ALTURA 96 CM, APLICAÇÃO LIMPEZA INDUSTRIAL E COMERCIAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 3 PRATELEIRAS, 4 BALDES, SACO FUNCIONAL E TAMPA	4	Unidade
6	LAVADORA ALTA PRESSÃO, PRESSÃO: 1600 LB, VAZÃO: 800 L /H, TENSÃO: 220 V, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: RODAS DE AÇO COM PNEUS DE BORRACHA, INCLUINDO PISTOLA, TIPO: MONOFÁSICO	2	Unidade
7	ENCERADEIRA TIPO: INDUSTRIAL, POTÊNCIA MOTOR: 0,75 HP, TIPO MOTOR: MONOFÁSICO, TENSÃO ALIMENTAÇÃO: 110 / 220 V, DIÂMETRO ESCOVA: 350 MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM ESCOVA E SUPORTE PARA DISCO	1	Unidade

TODOS OS COLABORADORES			
Item	Descrição	Quantidade	Unidade de Fornecimento
1	Relógio de ponto biométrico. Identificação biométrica, cartão de proximidade, barras e senha - Mecanismo impressor térmico de alta velocidade e robustez com guilhotina - Capacidade para bobina de até 400m (10.000 tickets por bobina) - Comunicação TCP/IP, web server embarcado e duas portas USB. Wi-Fi e GPRS opcionais - Display colorido touchscreen de 2.4' - Homologado pelo Ministério do Trabalho e Emprego - Certificado pelo Inmetro - Tensão 220v	1	Unidade

7.10.1.1. Os equipamentos a serem disponibilizados deverão ser preferencialmente novos, podendo serem aceitos itens com no máximo 01 (um) ano de uso, desde que mediante comprovação da aquisição com notas fiscais.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 319.953,12

8.1. Conforme o art. 20, §4º da Instrução Normativa nº 05, de 26 de maio de 2017, o estudo poderá ser simplificado quando da existência de Caderno Técnico de Logística, como segue:

§4º os órgãos e entidades poderão simplificar, no que couber, a etapa de Estudos Preliminares, quando adotados os modelos de contratação estabelecidos nos Cadernos de Logística divulgados pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

8.2. De acordo com estabelecido na IN SEGES/MP nº 05/2017, especificamente seu art. 29, a Administração deve utilizar os Cadernos de Logística, como abaixo descrito:

Art. 29. Devem ser utilizados os modelos de minutas padronizados de Termos de Referência e Projetos Básicos da Advocacia-Geral da União, observadas as diretrizes dispostas no Anexo V, bem como os Cadernos de Logística expedidos pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, no que couber.

8.3. A presente contratação corresponde à prestação de serviços contínuos de limpeza, tendo como unidade de medida, o metro quadrado. À vista disso, o valor referencial da contratação será estabelecido mediante estudo de planilha de custos e formação de preços, cujo detalhamento dos componentes de custos que incidem na formação do preço dos serviços, será estabelecido em conformidade com o estabelecido nas legislações apresentadas abaixo:

8.3.1. Instrução Normativa nº 65, de 07 de julho de 2021:

Art. 9º - Na pesquisa de preço para obtenção do preço estimado relativo às contratações de prestação de serviços com regime de dedicação de mão de obra exclusiva, aplica-se o disposto na Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, ou outra que venha a substituí-la, observando, no que couber, o disposto nesta Instrução Normativa.

8.3.2. Instrução Normativa nº 05, de 26 de maio de 2017 Anexo V, item 2.9, B.

2.9. Estimativa de preços e preços referenciais:

...

b) No caso de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, o custo estimado da contratação deve contemplar o valor máximo global e mensal estabelecido em decorrência da identificação dos elementos que compõem o preço dos serviços, definidos da seguinte forma:

b.1) por meio do preenchimento da planilha de custos e formação de preços, observados os custos dos itens referentes ao serviço, podendo ser motivadamente dispensada naquelas contratações em que a natureza do seu objeto torne inviável ou desnecessário o detalhamento dos custos para aferição da exequibilidade dos preços praticados;

b.2) por meio de fundamentada pesquisa dos preços praticados no mercado em contratações similares; ou ainda por meio da adoção de valores constantes de indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes, se for o caso; e

b.3) previsão de regras claras quanto à composição dos custos que impactem no valor global das propostas das licitantes, principalmente no que se refere a regras de depreciação de equipamentos a serem utilizados no serviço.

8.3.3. Art. 1º - a Instrução Normativa nº 05, de 26 de maio de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Anexo VI

SERVIÇO DE VIGILÂNCIA, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO

A Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia disponibilizará, por meio de Cadernos de Logística, os procedimentos referenciais para a composição da planilha de custos e formação de preços nas contratações de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra executados de forma contínua ou não em edifícios públicos.

8.3.4. A Instrução Normativa nº 49, de 30 de junho de 2020, de acordo com a regra de transição posta, revoga os itens que direcionavam a divulgação dos valores referenciais, passando a tratar somente de Cadernos de Logística temáticos, que deverão orientar a realização dos estudos técnicos preliminares dentro das especificidades de contratação de cada órgão. A vigência desta regra inicia-se em outubro de 2020, quando não haverá mais a publicação dos valores referenciais (orientação disponível em <https://www.gov.br/compras/pt-br/transparencia/cadernos-tecnicos-e-valores-limites>).

8.4. Considerando o exposto, os componentes para definição dos custos que incidem na formação do preço referencial serão detalhados, observando os seguintes pontos:

a. custos mínimos a serem observados nos valores de remuneração, incluindo salário-base e adicionais, auxílio-alimentação e outros benefícios: Nos termos do Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024, que dispõe sobre as garantias trabalhistas a serem observadas na execução dos contratos administrativos no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e Instrução Normativa SEGES/MGI nº 176, de 25 de novembro de 2024, a qual dispõe sobre as regras e os procedimentos para adoção dos custos mínimos a serem observados nos valores de remuneração, incluindo salário-base e adicionais, auxílio-alimentação e outros benefícios como mecanismo de fortalecimento das garantias trabalhistas em contratos de prestação de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, nos termos do art. 5º do Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024.; será utilizada a convenção coletiva de trabalho nº GO001031/2025, como paradigma para estabelecer os custos relativos aos profissionais de serventes que executarão o serviço contratado na localidade, da forma como segue:

- Salário do servente de limpeza: R\$ 1.711,00

- Vale alimentação da categoria: R\$ 26,00

b. Adicional de insalubridade, conforme convenção coletiva de trabalho nº GO001031/2025.

c. Férias, terço constitucional e 13º salário serão fixados conforme normativos próprios.

d. Os encargos sociais e tributos serão fixados de acordo com a legislação específica.

- e. O índice SAT (RAT ajustado) será fixado em seu patamar máximo de 6%: FAP (2%) x RAT (3%).
- f. Os valores para uniformes, materiais, equipamentos e EPIs serão apurados com base em pesquisa segundo o disposto na Instrução Normativa nº 65/2021.
- g. Não serão considerados valores referente a vale transporte devido não haver transporte público municipal na cidade de Ipameri/GO.
- h. Aviso Prévio trabalhado será fixado em 1,94% conforme Acórdão nº 1186/2017 - TCU Plenário.
- i. Demais orientações pertinentes, bem como os índices estatísticos para compor os custos referentes à provisão para rescisão e reposição do profissional ausente, serão apurados conforme os seguintes cadernos técnicos:

Caderno de logística - Prestação de serviços de Limpeza, asseio e conservação/2014, disponível no endereço eletrônico: https://www.gov.br/compras/pt-br/centrais-de-conteudo/cadernos-de-logistica/midia/servicos_limpeza.pdf

8.5. Os valores obtidos neste estudo serão utilizados para se estabelecer o limite máximo da contratação, assim como também para os cálculos que resultarão na escolha da melhor solução.

8.6. Estudo da planilha de custos e formação de preços

Nota 1: IN 05/2017 - Anexo I, definições, XV: documento a ser utilizado para detalhar os componentes de custo que incidem na formação do preço dos serviços, podendo ser adequado pela Administração em função das peculiaridades dos serviços a que se destina, no caso de serviços continuados.

Nota 2: IN 05/2017 - Anexo VII-A, 7.7: o modelo de planilha de custos e formação de preços previsto no Anexo VII-D desta Instrução Normativa deverá ser adaptado às especificidades do serviço e às necessidades do órgão ou entidade contratante, de modo a permitir a identificação de todos os custos envolvidos na execução do serviço, e constituirá anexo do ato convocatório a ser preenchido pelos proponentes.

Nota 3: IN 05/2017, Anexo VII-A - 7.9: erros no preenchimento da planilha não são motivos suficientes para desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, e desde que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

Nota 4: IN 05/2017 - Anexo VI-B, serviço de Limpeza, item 12: Para cada tipo de área física deverá ser apresentado, pelas proponentes, o respectivo Preço Mensal Unitário por Metro Quadrado, calculado com base na planilha de custos e formação de preços, contida no Anexo VII-D desta Instrução Normativa.

Nota 5: O preço do Homem-Mês deverá ser calculado para cada categoria profissional, jornada de trabalho e nível de remuneração decorrente de adicionais legais.

Nota 6: Consta no anexo II deste ETP a planilha de custos e formação de preços utilizada para o levantamento do valor estimado e que será utilizada para consolidação e apresentação das propostas pelos licitantes.

MÓDULO 1 – Composição da remuneração

Item A – Salário-base:

Piso salarial da categoria, conforme estabelecido na TABELA DE PISOS MÍNIMOS PARA EMPREGADOS EM EMPRESAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, no ANEXO I da convenção citada acima.

Auxiliar de limpeza: R\$ 1.711,00

Item B – Adicional de Insalubridade:

Salário-mínimo vigente x percentual de insalubridade de 20%, conforme CCT vigente.

MÓDULO 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Submódulo 2.1

Item A – 13º (décimo terceiro salário)

Nota 1: CF/1998 art. 7º - são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

VIII - décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria

Nota 2: Decreto nº 57.155 art. 1º: o pagamento da gratificação salarial, instituída pela Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962, com alterações constantes da Lei nº 4.749, de 12 de agosto de 1964, será efetuado pelo empregador até o dia 20 de Dezembro de cada ano, tomando-se por base a remuneração devida nesse mês de acordo com o tempo de serviço do empregado no ano em curso.

Parágrafo único. A gratificação corresponderá a 1/12 (um doze avos) da remuneração devida em dezembro, por mês de serviço, do ano correspondente, sendo que a fração igual ou superior a 15 (quinze) dias de trabalho será havida como mês integral.

Nota 3: IN nº 07/2018 - Nota 1: como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias.

Metodologia de cálculo para o 13º salário

valor para 13º salário = módulo 1 x 8,33% ONDE:

Módulo 1 = remuneração

8,33% = corresponde a $1 / 12 = 8,3333$

Item B - Adicional de férias

Nota 1: CF/1988, art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem a melhoria de sua condição social:

XVII - gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal.

Nota 2: Decreto 5.452/43 art. 129 - todo empregado terá direito anualmente ao gozo de um período de férias, sem prejuízo da remuneração.

Art. 130 - após cada período de 12 (doze) meses de vigência do contrato de trabalho, o empregado terá direito a férias, na seguinte proporção:

I - 30 (trinta) dias corridos, quando não houver faltado ao serviço mais de 5 (cinco) vezes

II - 24 (vinte e quatro) dias corridos, quando houver tido de 6 (seis) a 14 (quatorze) faltas

III - 18 (dezoito) dias corridos, quando houver tido de 15 (quinze) a 23 (vinte e três) faltas

IV - 12 (doze) dias corridos, quando houver tido de 24 (vinte e quatro) a 32 (trinta e duas) faltas

§ 1º - é vedado descontar, do período de férias, as faltas do empregado ao serviço

§ 2º - o período de férias será computado, para todos os efeitos, como tempo de serviço

Nota 3: Instrução Normativa nº 05/2017 SEGES/MP – Anexo VII-D (modelo de planilha de custos e formação de preços) – submódulo 2.1

Nota 1: como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias (redação dada pela Instrução Normativa nº 07, de 2018).

Nota 2: o adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme nota acima.

Nota 4: Tendo em vista que a Administração utilizará a conta vinculada, o valor previsto para o terço constitucional será em conformidade com o índice de retenção previsto no Anexo XII da IN SEGES/MP nº 05 /2017, alterado pela Lei 13.932 de 2019.

Metodologia de cálculo do adicional de férias

adicional de férias = módulo 1 x 3,025%, ONDE:

módulo 1 = remuneração

3,025% = adicional de férias

Submódulo 2.2 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS E FGTS

ITEM	%	FUNDAMENTO
SEGURIDADE SOCIAL	20%	Art. 22, inciso I da Lei nº 8.212/91
SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,5%	Art. 3º, Inciso I, Decreto 87.043, de 22 de março de 1982
Riscos Ambientais do Trabalho - RAT x FAP	RAT X FAP	Decreto 3.048 de 6 de maio de 1999 e Instrução Normativa RFB nº 974/2009
SESI/SESC	1,5%	Art. 30, Lei 8.036, de 11 de maio de 1990
SENAI/SENAC	1%	Art. 1º, caput, Decreto-Lei 6.246, de 1944 (SENAI) e Lei nº 8.621/1946
SEBRAE	0,6%	Art. 8º, Lei 8.029, de 12 de abril de 1990
INCRA	0,2%	Art. 1º, I, 2 c/c art. 3º, ambos do Decreto-lei 1.146, de 31 de dezembro de 1970.
FGTS	8%	Art. 15, Lei nº 8.036/90 e Art 7º, III, CF

Nota 1: Riscos Ambientais do Trabalho - RAT, representa uma contribuição, que consiste em percentual que mede o risco da atividade econômica, com base no qual é cobrada para financiar os benefícios previdenciários decorrentes do grau de incidência de incapacidade laborativa (GIIL-RAT).

Nota 2: A alíquota de contribuição para o RAT será de 3%, risco grave - limpeza em prédios e em domicílios - código 8121-4/00, Anexo V do Decreto nº 3.048/1999.

Nota 3: O Fator Acidentário de Prevenção - FAP é um multiplicador, atualmente calculado por estabelecimento, que varia de 0,5000 a 2,0000, a ser aplicado sobre as alíquotas de 1%, 2% ou 3% da tarifação coletiva por subclasse econômica, incidentes sobre a folha de salários das empresas para custear aposentadorias especiais e

benefícios decorrentes de acidentes de trabalho. O FAP varia anualmente. É calculado sempre sobre os dois últimos anos de todo o histórico de acidentalidade e de registros acidentários da Previdência Social.

Nota 4: O licitante deverá preencher o item RAT x FAP das planilhas de composição de custos e formação de preços com o valor de seu FAP (Fator Acidentário de Prevenção), a ser comprovado no envio de sua proposta adequada ao lance vencedor, mediante apresentação do documento FAP-WEB.

Nota 5: para a estimativa de valor deste estudo, foi considerado o SAT (RAT ajustado) no percentual de 6,00%, conforme cenário máximo estipulado no caderno técnico.

Metodologia de cálculo dos encargos previdenciários, FGTS e outros

= índice de cada encargo x (módulo 1 + submódulo 2.1)

Submódulo 2.3 -BENEFÍCIOS MENS AIS E DIÁRIOS

Nota 1: Para o cálculo do vale refeição será considerada a média 22 (vinte e dois) dias úteis por mês.

Item A – Transporte:

Nota 1: Não há transporte coletivo municipal em operação no município de Ipameri/GO, portanto este item permanecerá zerado.

Item B – Vale-alimentação:

Nota 1: valor do benefício, conforme estabelecido na cláusula décima terceira da CCT R\$ 26,00 (vinte e seis reais), por dia efetivamente trabalhado, limitados a 22 (vinte e dois) dias no mês.

Nota 2: Para o cálculo deste item, foi considerada a dedução de 20%, conforme previsto na cláusula 10ª da convenção.

Item C – Seguro de vida

Nota 1: foi considerado o valor de R\$ 19,00 (dezenove reais), vigente no contrato atual nº 068/2022, de serviços de limpeza e conservação.

MÓDULO 3 – Provisão para Rescisão

Item A – Aviso Prévio Indenizado:

Nota 1: CF/1988 - Art. 7º são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que vivem à melhoria de sua condição social:

XXI - aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei.

Nota 2: Decreto 5452/43 - art. 487 - não havendo prazo estipulado, a parte que, sem justo motivo, quiser rescindir o contrato deverá avisar a outra da sua resolução com a antecedência mínima de:

I - oito dias, se o pagamento for efetuado por semana ou tempo inferior;

II - trinta dias aos que perceberem por quinquena ou mês, ou que tenham mais de 12 (doze) meses de serviço na empresa.

§1º - a falta do aviso prévio por parte do empregador dá ao empregado o direito aos salários correspondentes ao prazo do aviso, garantida sempre a integração desse período no seu tempo de serviço.

Nota 3: Trata-se de valor devido ao empregado no caso de o empregador rescindir o contrato sem justo motivo e sem lhe conceder aviso prévio, conforme disposto no §1º do art. 487 da CLT. De acordo com levantamento efetuado nos contratos do STF, cerca de 5% do pessoal é demitido pelo empregador, antes do término do contrato de trabalho. Nesse sentido, a provisão necessária será somente para estes empregados, pois os demais receberão o aviso prévio trabalhado quando findar o contrato.

Nota 4: SOLUÇÃO DE CONSULTA DISIT/SRRF04 Nº 4021, DE 22 DE MARÇO DE 2019

<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=99596>

O Superior Tribunal de Justiça (STJ), ao julgar o Recurso Especial nº 1.230.957/RS, no âmbito da sistemática do art. 543-C do Código de Processo Civil (CPC), afastou a incidência das contribuições sociais previdenciárias sobre o aviso prévio indenizado.

Em razão do disposto no art. 19 da Lei nº 10.522, de 2002, na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1, de 2014, e na Nota PGFN/CRJ nº 485, de 2016, a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) encontra se vinculada ao referido entendimento.

Metodologia de cálculo do índice referente ao Aviso Prévio Indenizado - API $\{(1/12 \times 5\%) \times 100 = 0,417\%$ ao mês, ONDE:

1 = O API corresponde ao pagamento integral da remuneração, com desligamento imediato do empregado.

12 = representa o rateio da remuneração em 12 meses.

5% = estimativa de empregados que serão demitidos por API, segundo estudo do STF

0,417% = percentual que será aplicado sobre o somatório do módulo 1 + submódulo 2.1

Item B – Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado:

Nota 1: Lei 8.036/90, art. 15 - Para os fins previstos nesta lei, todos os empregadores ficam obrigados a depositar, até o dia 7 (sete) de cada mês, em conta bancária vinculada, a importância correspondente a 8 (oito) por cento da remuneração paga ou devida, no mês anterior, a cada trabalhador, incluídas na remuneração as parcelas de que tratam os arts. 457 e 458 da CLT e a gratificação de Natal a que se refere a Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962, com as modificações da Lei nº 4.749, de 12 de agosto de 1965.

Nota 2: Súmula 305 TST - o pagamento relativo ao período do aviso prévio, trabalhado ou não, está sujeito à contribuição para o FGTS.

Nota 3: Jurisprudência TCU 9.7.4. Proponha aos contratados, com suporte no § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a repactuação de preços de todos os contratos, visando excluir das planilhas de custos e formação de preços os custos decorrentes da incidência dos encargos sociais do Grupo “A” da planilha, exceto FGTS, sobre o aviso prévio indenizado e indenização adicional (Grupo “E”), porque essa incidência foi excluída, com a promulgação da Lei nº 9.528/97, que promoveu alterações na Lei nº 8.212/91, exigindo-se a compensação ou reembolso das quantias respectivas pagas desde o início dos contratos. (Acórdão nº 2.217/2010 - Plenário)

Metodologia de cálculo da Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado
 $\text{percentual do FGTS (8\%)} \times \text{valor do aviso prévio indenizado}$

Item C - MULTA DO FGTS SOBRE O AVISO PRÉVIO INDENIZADO

Nota 1: SEGES/caderno técnico/Limpeza/. A multa do FGTS sobre o aviso prévio indenizado corresponde a 40% (alterado pela Lei nº 13.932 de 11 de dezembro de 2019).

Nota 2: Lei 8.036/90 Art 18 - Ocorrendo rescisão do contrato de trabalho, por parte do empregador, ficará este obrigado a depositar na conta vinculada do trabalhador no FGTS os valores relativos aos depósitos referentes ao mês da rescisão e ao imediatamente anterior, que ainda não houver sido recolhido, sem prejuízo das cominações legais.

§1º - Na hipótese de despedida pelo empregador sem justa causa, depositará este, na conta vinculada do trabalhador no FGTS, importância igual a quarenta por cento do montante de todos os depósitos realizados na conta vinculada durante a vigência do contrato de trabalho, atualizados monetariamente e acrescidos dos respectivos juros.

Nota 3: a soma dos percentuais de multa sobre aviso prévio indenizado e aviso prévio trabalhado deverá ser condizente com o que consta no Anexo XII da IN SEGES/MP nº 05/2017 para fins de retenção para conta-depósito vinculada, o que correspondente ao montante de 4% (índice atualizado após Lei nº 13.932/2019).

Nota 4: O valor do percentual para multa sobre o aviso prévio indenizado adotado nesta estimativa corresponde à 0,20%.

Metodologia para cálculo da incidência da multa sobre o aviso prévio indenizado:

Multa do FGTS sobre o API

$0,20\% \times (\text{Módulo 1} + \text{submódulo 2.1})$

Item D – Aviso Prévio Trabalhado:

Nota 1: Decreto nº 5452 - art. 488: O horário normal de trabalho do empregado, durante o prazo do aviso, e se a rescisão tiver sido promovida pelo empregador, será reduzido de 2 (duas) horas diárias, sem prejuízo do salário integral.

Parágrafo único - É facultado ao empregado trabalhar sem a redução das 2 (duas) horas diárias previstas neste artigo, caso em que poderá faltar ao serviço, sem prejuízo do salário integral, por 1 (um) dia, na hipótese do inciso I, e por 7 (sete) dias corridos, na hipótese do inciso II do art. 487 desta Consolidação.

Nota 2: Lei nº 12.506 - Art. 1º O aviso prévio, de que trata o Capítulo VI do Título IV da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, será concedido na proporção de 30 (trinta) dias aos empregados que contem até 1 (um) ano de serviço na mesma empresa.

Parágrafo único. Ao aviso prévio previsto neste artigo serão acrescidos 3 (três) dias por ano de serviço prestado na mesma empresa, até o máximo de 60 (sessenta) dias, perfazendo um total de até 90 (noventa) dias.

Nota 3: Nota Técnica nº 184/2012/CGTR/SRT/MTE

A proporcionalidade referente aos dias acrescidos aplica-se exclusivamente, em benefício do empregado.

Nota 4: Acórdão nº 1186/2017 - TCU - Plenário

9.2. Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região que, nas futuras contratações de mão de obra terceirizada, esteja expresso na minuta do contrato que a parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1,94% no primeiro ano, nos termos dos Acórdãos 1904 /2007-TCU-Plenário e 3006/2010-TCU-Plenário, e, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo desta parcela será de 0,194% a cada

ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato, conforme ditames da Lei 12.506/2011.

Metodologia para cálculo do Aviso Prévio Trabalhado - APT

$((7/30)/12) \times 1 \times 100 = 1,94\%$, ONDE:

$(7/30)/12 = 7$ dias em 30, rateado em 12 meses

1 = 100% dos casos

APT = 1,94% x (módulo 1 + submódulo 2.1)

Item E – Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado:

Nota 1: Para cálculo desse campo, aplica-se o percentual (%) do submódulo 2.2 sobre o valor encontrado para o aviso prévio trabalhado.

Metodologia para cálculo da incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o APT

percentual do submódulo 2.2 x valor do aviso prévio trabalhado

Item F - MULTA DO FGTS SOBRE O AVISO PRÉVIO TRABALHADO

Nota 1: Lei 8.036/90 Art 18 - Ocorrendo rescisão do contrato de trabalho, por parte do empregador, ficará este obrigado a depositar na conta vinculada do trabalhador no FGTS os valores relativos aos depósitos referentes ao mês da rescisão e ao imediatamente anterior, que ainda não houver sido recolhido, sem prejuízo das cominações legais.

§1º - Na hipótese de despedida pelo empregador sem justa causa, depositará este, na conta vinculada do trabalhador no FGTS, importância igual a quarenta por cento do montante de todos os depósitos realizados na conta vinculada durante a vigência do contrato de trabalho, atualizados monetariamente e acrescidos dos respectivos juros.

Nota 2: observando o disposto na Nota 2 do item C, o valor do percentual de multa sobre o aviso prévio trabalhado adotado nesta estimativa corresponde a 3,80%. Desta forma, somado ao percentual da multa sobre o API (3,80% + 0,20%) corresponderá a 4%, atendendo o disposto na IN SEGES/MP nº 05/2017, para fins de retenção para conta-depósito vinculada.

Metodologia para cálculo da incidência da multa sobre o aviso prévio trabalhado

Multa do FGTS sobre o API = 3,80% x (Módulo 1 + submódulo 2.1)

Nota 3: conforme estipulado pela Nota Técnica nº 652/2017/MP, o API e APT são custos não renováveis, e, em caso de prorrogação contratual, devem ser excluídos da planilha de custos se não forem utilizados no decorrer do período analisado. Caso tenham sido utilizados, mesmo que parcial, deverão compor novamente a planilha de custos, de forma complementar/proporcional. Havendo alteração nos índices do API e APT, os valores referentes à incidência do FGTS sobre o API e incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o APT também sofrerão

alterações. A análise dos custos não renováveis citados será realizada empregando a mesma metodologia adotada na estimativa deste estudo, permitindo identificar os dados estimados pela contratada em sua proposta inicial, os quais serão confrontados com as ocorrências havidas no decorrer do período analisado.

MÓDULO 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente

Submódulo 4.1

Nota 1: IN 05/2017 - Anexo I - definições: V - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE: custo necessário para substituir, no posto de trabalho, o profissional que está em gozo de férias ou em caso de suas ausências legais, dentre outros.

Nota 2: Conforme estipulado pela Nota Técnica nº 652/2017/MP, os custos de reposição do profissional ausente são considerados custos não renováveis. “Se estes custos forem provisionados e não utilizados no decorrer do período analisado, quando da prorrogação, se não excluídos, serão considerados custos bis in idem, haja vista que estar-se-á provisionando novamente o mesmo custo. Por outro lado, se esses custos forem utilizados serão computados novamente. À vista disso, quando da prorrogação contratual, o gestor do contrato deve avaliar todos os custos que não forem utilizados e fazer a supressão. Caso tenham sido utilizados, mesmo que parcial, deverão compor novamente a planilha de custos, de forma complementar/proporcional.”

Nota 3: A análise dos custos não renováveis citados, em caso de prorrogações, será realizada empregando a mesma metodologia adotada na estimativa deste estudo, permitindo identificar os dados estimados pela contratada em sua proposta inicial, os quais serão confrontados com as ocorrências havidas no decorrer do período analisado.

Nota 4: IN 05/2017 - Anexo VII-D - Módulo 4 - custo de reposição do profissional ausente; Nota 1: os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto que por ventura venha cobrir o empregado nos casos de ausências legais (submódulo 4.1) e/ou intrajornada (submódulo 4.2), a depender da prestação do serviço.

Nota 5: SEGES/caderno técnico/Limpeza - Para o presente exercício foram atualizados os dados resultantes do estudo desenvolvido pela Fundação Instituto de Administração (FIA) em 2014/2015, adotando-se a métrica estabelecida por aquela instituição, com dados atualizados da Relação Anual de Informações Sociais-2016 (RAIS /MTE), da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios-2016 (PNAD /IBGE), do Registro Civil (IBGE)-2016 e dados estatísticos sobre saúde e segurança do trabalhador disponibilizados pelo INSS/MPS em 2014, em virtude da inexistência de base similar para 2016.

Nota 6: Nota Informativa nº 17408/2018-MP

(...) a planilha de formação de preços garante o provisionamento dos custos necessários à reposição do profissional, mediante cômputo de um "substituto para a cobertura de férias e outras ausências legais" conforme previsto no Módulo 4, onde devem ser provisionados todos os direitos que este repositor possui: remuneração, encargos, benefícios, e inclusive, provisão de férias proporcionais ao período em que ficou à disposição da Administração para a cobertura do empregado residente, afastado por quaisquer dos motivos previstos em Lei.

Nota 7: Dentre os benefícios mencionados no submódulo 2.3, consta Auxílio Alimentação, pagos por dia efetivamente trabalhado. Neste sentido, em caso de afastamentos por férias e outras ausências legais, este benefício será descontado e fará parte do cômputo para o substituto.

A - SUBSTITUTO NA COBERTURA DE FÉRIAS

Nota 1: Férias: Art. 129 da CLT - Todo empregado terá direito anualmente ao gozo de um período de férias, sem prejuízo da remuneração. (Redação dada pelo Decreto-lei nº 1.535, de 13.4.1977).

Nota 2: o índice utilizado neste cálculo foi estabelecido em 9,075% de forma que somado ao percentual do terço constitucional (3,025%) totalizasse 12,10% sendo este condizente com o índice de retenção mensal determinado no anexo XII da IN SEGES/MP nº 05/2017.

Metodologia para cálculo do Substituto na cobertura de férias

substituto na cobertura de férias =

$9,075 \times (\text{módulo 1} + \text{módulo 2} - (\text{VT} + \text{VA}) + \text{módulo 3} + \text{item A do Módulo 5})$, ONDE:

9,075% = índice do substituto na cobertura de férias

módulo 1 = remuneração

módulo 2 = encargos e benefícios anuais, mensais e diários

VA = vale alimentação

módulo 3 = provisão para rescisão

item A do Módulo 5 = provisão para uniformes

item B do Módulo 5 = provisão para EPIs

B - SUBSTITUTO NA COBERTURA DE AUSÊNCIAS LEGAIS

Nota 1: Decreto 5452 - art. 473 - O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário:

I - até 2 (dois) dias consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que, declarada em sua carteira de trabalho e previdência social, viva sob sua dependência econômica;

II - até 3 (três) dias consecutivos, em virtude de casamento;

III - por um dia, em caso de nascimento de filho no decorrer da primeira semana;

IV - por um dia, em cada 12 (doze) meses de trabalho, em caso de doação voluntária de sangue devidamente comprovada;

V - até 2 (dois) dias consecutivos ou não, para o fim de se alistar eleitor, nos termos da lei respectiva.

VI - no período de tempo em que tiver de cumprir as exigências do Serviço Militar referidas na letra "c" do art. 65 da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 (Lei do Serviço Militar).

VII - nos dias em que estiver comprovadamente realizando provas de exame vestibular para ingresso em estabelecimento de ensino superior.

VIII - pelo tempo que se fizer necessário, quando tiver que comparecer a júízo.

IX - pelo tempo que se fizer necessário, quando, na qualidade de representante de entidade sindical, estiver participando de reunião oficial de organismo internacional do qual o Brasil seja membro.

X - até 2 (dois) dias para acompanhar consultas médicas e exames complementares durante o período de gravidez de sua esposa ou companheira;

XI - por 1 (um) dia por ano para acompanhar filho de até 6 (seis) anos em consulta médica

Nota 2: Decreto 5.452 - Art. 146 - Na cessação do contrato de trabalho, qualquer que seja a sua causa, será devida ao empregado a remuneração simples ou em dobro, conforme o caso, correspondente ao período de férias cujo direito tenha sido adquirido.

Parágrafo único - Na cessação do contrato de trabalho, após 12 (doze) meses de serviço, o empregado, desde que não haja sido demitido por justa causa, terá direito à remuneração relativa ao período incompleto de férias, de acordo com o art. 130, na proporção de 1/12 (um doze avos) por mês de serviço ou fração superior a 14 (quatorze) dias.

Nota 3: deve ser descontado do valor referencial que incidirá a cobertura de ausências legais, o vale alimentação e transporte, previstos no submódulo 2.3 (benefícios mensais e diários), uma vez que o empregado residente somente faz jus ao pagamento em relação aos dias efetivamente trabalhados. Durante sua ausência, o repositor receberá os referidos benefícios descontados do residente.

Nota 4: Caderno de Logística/limpeza, asseio e conservação/2014 -

Jurisprudência TCU Acórdão nº 1753/2008 - Planalto

B4. Faltas legais

54. São compostas por um conjunto de casos em que o funcionário pode faltar por determinadas razões, com amparo legal, e a contratada deve repor essa mão de obra. Pela lei, cada funcionário tem direito a faltar: 2 (dois) dias em caso de morte do cônjuge, ascendente ou descendente; 1 (um) dia para registro de nascimento de filho; 3 (três) dias para casamento; 1 (um) dia para doação de sangue; 2 (dois) dias para alistamento eleitoral; e 1 (um) dia para exigências do serviço militar; entre outros. O MP informou que há em média 2,96 faltas por ano nesta rubrica.

Metodologia para cálculo na cobertura de ausências legais

$[(2,96/30)/12] \times 100 = 0,822\%$, ONDE:

2,96 = média de dias de ausência. Dado estimado segundo estudo do MP.

30 = número de dias do mês

12 = rateio do provisionamento por 12 meses

ausências legais = $0,822\% \times (\text{módulo 1} + (\text{módulo 2} - (VT + VA))) + \text{módulo 3} + \text{item A do Módulo 5}$, ONDE:

0,822% = índice de ausências legais

módulo 1 = remuneração

módulo 2 = encargos e benefícios

VA = vale alimentação

módulo 3 = provisão para rescisão

item A do Módulo 5 = provisão para uniformes

item B do Módulo 5 = provisão para EPIs

C - SUBSTITUTO NA COBERTURA POR AUSÊNCIAS POR DOENÇAS

Nota 1: Decreto nº 27.048 de 12 de agosto de 1949 - art. 12: Art 12. Constituem motivos justificados:

- a) os previstos no art. 473, e seu parágrafo da Consolidação das Leis do Trabalho;
- b) a ausência do empregado, justificada, a critério da administração do estabelecimento, mediante documento por esta fornecido;
- c) a paralisação do serviço nos dias em que, por conveniência do empregador, não tenha havido trabalho;
- d) a falta ao serviço, com fundamento na Lei de Acidentes do Trabalho;
- e) a ausência do empregado, até três dias consecutivos, em virtude de seu casamento;
- f) a doença do empregado devidamente comprovada em até 15 dias, caso em que a remuneração corresponderá a dois terços da fixada no art. 10.

§ 1º A doença será comprovada mediante atestado passado por médico da empresa ou por ela designado e pago.

Nota 2: deve ser descontado do valor referencial que incidirá sobre a cobertura de ausências legais, o vale alimentação e transporte, previstos no submódulo 2.3 (benefícios mensais e diários), uma vez que o empregado residente somente faz jus ao pagamento em relação aos dias efetivamente trabalhados. Durante sua ausência, o repositor receberá os referidos benefícios descontados do residente.

Metodologia para cálculo na cobertura de ausências por doenças

$[(5/30)/12] \times 100 = 1,39\%$, ONDE:

5 = média de ausência. Dado estimado conforme cadernos de logística temáticos de outras contratações (estimativa apresentada no SEGES/caderno técnico /limpeza/MG)

30 = número de dias do mês

12 = rateio do provisionamento por 12 meses

ausências por doença = $1,39\% \times (\text{módulo 1} + (\text{módulo 2} - (\text{VT} + \text{VA})) + \text{módulo 3} + \text{item A do módulo 5})$, ONDE:

1,39% = índice de ausências legais

módulo 1 = remuneração

módulo 2 = encargos e benefícios

VA = vale alimentação

módulo 3 = provisão para rescisão

item A do Módulo 5 = provisão para uniformes

item B do Módulo 5 = provisão para EPIs

D - SUBSTITUTO NA COBERTURA DE LICENÇA PATERNIDADE

Nota 1: CF/1988 - Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social

XIX - licença-paternidade, nos termos fixados em lei;

Nota 2: Atos das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT - Art. 10 - §1º até que a lei venha a disciplinar o disposto no art. 7, XIX, da Constituição, o prazo da licença paternidade a que se refere o inciso é de cinco dias.

Nota 3: Em 09 de março de 2016 foi publicada a Lei 13.257, que acrescenta mais 15 (quinze) dias de licença a paternidade para empresas que forem tributadas pelo Lucro Real e inscritas no Programa Empresa Cidadã.

Lei 13.257 - Art. 38 - Os art. 1º, 3º, 4º e 5º da Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, passam a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 1º É instituído o Programa Empresa Cidadã, destinado a prorrogar

II - por 15 (quinze) dias a duração da licença-paternidade, nos termos desta Lei, além dos 5 (cinco) dias estabelecidos no § 1º do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Nota 4: Será necessário a empresa demonstrar qual o seu regime tributário tendo em vista que, caso não seja tributada pelo lucro real e inscrita no programa empresa cidadã para o valor referencial que incidirá sobre a cobertura de licença paternidade, deve ser excluído o submódulo 2.1 (13º e férias), tendo em vista que os afastamentos são inferiores a 15 dias, não fazendo jus ao pagamento destas rubricas, conforme as notas 6 e 7 seguintes.

Nota 5: Lei nº 4.090 de 13 de julho de 1962 - Art. 1º Art. 1º - No mês de dezembro de cada ano, a todo empregado será paga, pelo empregador, uma gratificação salarial, independentemente da remuneração a que fizer jus.

§ 2º - de trabalho será havida como mês integral para os A fração igual ou superior a 15 (quinze) dias efeitos do parágrafo anterior.

Nota 6: Decreto nº 5452 - art. 146: na cessação do contrato de trabalho, qualquer que seja a sua causa, será devida ao empregado a remuneração simples ou em dobro, conforme o caso, correspondente ao período de férias cujo direito tenha adquirido.

Parágrafo único - na cessação do contrato de trabalho, após 12(doze) meses de serviço, o empregado, desde que não haja sido demitido por justa causa, terá direito à remuneração relativa ao período incompleto de férias, de acordo com o art. 130, na proporção de 1/12 (um doze avos) por mês de serviço ou fração superior a 14 (quatorze).

Nota 7: deve ser descontado do valor referencial que incidirá sobre a cobertura de licença paternidade, os valores correspondentes ao Vale Alimentação e Transporte, previstos no submódulo 2.3 (benefícios mensais e diários), uma vez que o empregado residente somente faz jus ao pagamento em relação aos dias efetivamente trabalhados. Durante sua ausência, o repositor receberá os referidos benefícios descontados do residente.

Nota 8: licença paternidade: de acordo com o IBGE, nascem filhos de 1,5% dos trabalhadores no período de um ano.

Metodologia para cálculo da cobertura de licença paternidade

índice

$[(5/30)/12] \times 0,015 = 0,02\%$, ONDE:

5 = cinco dias de licença

30 = impacto sobre o mês

12 = impacto diluído ao longo de 12 meses

0,015 ou 1,5% = estimativa de ocorrência segundo IBGE

licença paternidade = $0,02\% \times (\text{módulo 1} + \text{submódulo 2.2} + (\text{submódulo 2.3} - (\text{VT} + \text{VA}) + \text{módulo 3} + \text{item A do módulo 5}))$, ONDE:

0,02% = índice de licença paternidade

módulo 1 = remuneração

submódulo 2.2 = encargos previdenciários (GPS), FGTS e outras contribuições

submódulo 2.3 = benefícios diários e mensais

módulo 3 = provisão para rescisão

VA = vale alimentação

VT = Vale transporte PARA EMPRESAS TRIBUTADAS PELO LUCRO REAL INSCRITAS NO PROGRAMA EMPRESA CIDADÃ

licença paternidade = $0,02\% \times (\text{módulo 1} + (\text{módulo 2} - (\text{VT} + \text{VA}) + \text{módulo 3}))$,
ONDE:

0,02% = índice de licença paternidade

módulo 1 = remuneração

módulo 2 - encargos e benefícios anuais, mensais e diários

módulo 3 - provisão para rescisão

VA = Vale Alimentação

item A do Módulo 5 = provisão para uniformes

item B do Módulo 5 = provisão para EPIs

E - SUBSTITUTO NA COBERTURA DE AUSÊNCIA POR ACIDENTE DE TRABALHO

Nota 1: definição: custo referente aos 15 (quinze) primeiros dias Caderno de Logística/Limpeza/2014 em que o empregado não pode exercer suas atividades devido a algum acidente de trabalho e a empresa contratada deve remunerá-lo. Após esse período, a incumbência desse ônus é do INSS.

Nota 2: Lei 8.213 de 24 de julho de 1991 - art. 19: Acidente do trabalho é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço de empresa ou de empregador doméstico ou pelo exercício do trabalho dos segurados referidos no inciso VII do art. 11 desta Lei, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho.

Art. 20: Consideram-se acidente do trabalho, nos termos do artigo anterior, as seguintes entidades mórbidas:

I - doença profissional, assim entendida a produzida ou desencadeada pelo exercício do trabalho peculiar a determinada atividade e constante da respectiva relação elaborada pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social;

II - doença do trabalho, assim entendida a adquirida ou desencadeada em função de condições especiais em que o trabalho é realizado e com ele se relacione diretamente, constante da relação mencionada no inciso I.

Art. 60: O auxílio-doença será devido ao segurado empregado a contar do décimo sexto dia do afastamento da atividade, e, no caso dos demais segurados, a contar da data do início da incapacidade e enquanto ele permanecer incapaz.

§ 3 Durante os primeiros quinze dias consecutivos ao do afastamento da atividade por motivo de o doença, incumbirá à empresa pagar ao segurado empregado o seu salário integral.

Nota 3: Decreto 5.452/1943 - art. 131: Não será considerada falta ao serviço, para os efeitos do artigo anterior, a ausência do empregado: (Redação dada pelo Decreto-lei nº 1.535, de 13.4.1977)

III - por motivo de acidente do trabalho ou enfermidade atestada pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, excetuada a hipótese do inciso IV do art. 133; (Redação dada pela Lei nº 8.726, de 5.11.1993)

IV - justificada pela empresa, entendendo-se como tal a que não tiver determinado o desconto do correspondente salário; (Incluído pelo Decreto-lei nº 1.535, de 13.4.1977).

Nota 4: Acórdão nº 1753/2008 - Plenário

B5. Acidente de trabalho

55. É referente aos 15 primeiros dias em que o empregado não pode exercer suas atividades devido a algum acidente no trabalho e a contratada deve remunerá-lo. Após esse período, a Previdência Social assume esse ônus. O MP informou que considera que cada empregado falta 0,91 dias por ano em decorrência do fato.

Nota 5: deve ser descontado do valor referencial que incidirá sobre a cobertura de ausência por acidente de trabalho, os valores correspondentes ao Vale Alimentação, previstos no submódulo 2.3 (benefícios mensais e diários), uma vez que o empregado residente somente faz jus ao pagamento em relação aos dias efetivamente trabalhados. Durante sua ausência, o repositor receberá os referidos benefícios descontados do residente.

Metodologia para cálculo na cobertura de ausência por acidente de trabalho

Índice

$(0,91/30)/12 \times 100 = 0,25\%$, ONDE:

0,91 = dado estimado. Segundo MP, cada empregado falta 0,91 dias por ano em decorrência do fato

30 = impacto sobre o mês

12 = impacto diluído ao longo de 12 meses

0,25% = índice para ausência por acidente de trabalho

acidente de trabalho = $0,25\% \times (\text{módulo 1} + \text{módulo 2} - (\text{VT} + \text{VA}) + \text{módulo 3} + \text{item A do módulo 5})$, ONDE:

0,25% = índice de ausência por acidente de trabalho

módulo 2 = Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

VA = Vale Alimentação

módulo 3 = provisão para rescisão

item A do Módulo 5 = provisão para uniformes

item B do Módulo 5 = provisão para EPIs

F - SUBSTITUTO NA COBERTURA DE AFASTAMENTO MATERNIDADE

Nota 1: CF/1988 - Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social

XVIII - licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias

Nota 2: Decreto 5.452/1943 - art. 392: A empregada gestante tem direito à licença-maternidade de 120 (cento e vinte) dias, sem prejuízo do emprego e do salário.

Nota 3: Lei 11.770/2008 - Art 1º - é instituído o Programa Empresa Cidadã, destinado a prorrogar:

I - por 60 (sessenta) dias a duração da licença maternidade prevista no inciso XVIII do caput do art. 7º da Constituição Federal

Nota 4: Lei 8.213/1991 - art 71-A: Ao segurado ou segurada da Previdência Social que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança é devido salário-maternidade pelo período de 120 (cento e vinte) dias.

§ 1 O salário-maternidade de que trata este artigo será pago diretamente pela Previdência Social.

Nota 5: Normativos - Ministério do trabalho - Instrução Normativa nº 84/2010

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 84, DE 13 DE JULHO DE 2010 – Dispõe sobre a fiscalização do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e das contribuições sociais instituídas pela Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001.

Art. 6º A verificação a que se refere o art. 5º será realizada inclusive nas hipóteses em que o trabalhador se afaste do serviço, por força de lei ou de acordo, mas continue percebendo remuneração ou contando o tempo de afastamento como de serviço efetivo, tais como:

IV – Licença-maternidade.

Nota 6: Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991 - Art. 71 O salário-maternidade é devido à segurada da Previdência Social, durante 120 (cento e vinte) dias, com início no período entre 28 (vinte e oito) dias antes do parto e a data de ocorrência deste, observadas as situações e condições previstas na legislação no que concerne à proteção à maternidade. (Redação dada pela Lei nº 10.710, de 2003)

Art. 72 - O salário-maternidade para a segurada empregada ou trabalhadora avulsa consistirá numa renda mensal igual a sua remuneração integral.

§1º - cabe à empresa pagar o salário-maternidade devido à respectiva empregada gestante, efetivando se a compensação, observado o disposto no art. 248 da Constituição Federal, quando do recolhimento das contribuições incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço. (Incluído pela Lei nº 10.710, de 2003).

Nota 7: deve ser descontado do valor referencial que incidirá sobre a cobertura de licença maternidade, os valores correspondentes ao Vale Alimentação, previsto no submódulo 2.3 (benefícios mensais e diários), uma vez que o empregado residente somente faz jus ao pagamento em relação aos dias efetivamente trabalhados. Durante sua ausência, o repositor receberá os referidos benefícios descontados do residente.

Nota 8: para empresas tributadas pelo lucro real e inscritas no programa empresa cidadã, haverá alteração da média de dias de licença maternidade, conforme descrito no quadro seguinte.

Metodologia para cálculo do substituto na cobertura de afastamento maternidade AMT

$AMT = [(1 + \frac{1}{3}) / 12] \times 0,02 \times ((3,95 / 12)) = 0,073\%$, ONDE:

$(1 + \frac{1}{3}) / 12$ = equivale proporção de férias + 1 terço de férias

0,02 = 2% percentual de ocorrência da licença maternidade ao ano

$3,95 = \text{média de dias} - (365/12) = 30,4375$ $120/30,4375 = 3,95$ meses de licença maternidade

$3,95/12 = \text{custo provisionado pelo empregador para cobrir a reposição licença maternidade}$

$AMT = 0,073\% \times (\text{módulo 2} - (VT + VA) + \text{módulo 3} + \text{item A do módulo 5})$, ONDE:

$0,073\% = \text{índice de licença maternidade}$

módulo 2 = encargos e benefícios anuais, mensais e diários

VA = Vale Alimentação

VT = Vale Transporte

módulo 3 = provisão para rescisão

item A do Módulo 5 = provisão para uniformes

item B do Módulo 5 = provisão para EPIs

PARA EMPRESAS TRIBUTADAS PELO LUCRO REAL INSCRITAS NO PROGRAMA EMPRESA CIDADÃ

$AMT = [(1 + \frac{1}{3})/12] \times 0,02 \times ((5,91/12)) = 0,109\%$, ONDE:

$(1 + \frac{1}{3})/12 = \text{equivalente proporção de férias} + 1 \text{ terço de férias}$

$0,02 = 2\%$ percentual de ocorrência da licença maternidade ao ano

$5,91 = \text{média de dias} - (365/12) = 30,4375$ $180/30,4375 = 5,91$ meses de licença maternidade

$5,91/12 = \text{custo provisionado pelo empregador para cobrir a reposição licença maternidade}$

MÓDULO 5 – Insumos Diversos

Item A: Uniformes: considerou-se a mediana dos valores identificados pela administração em consultas realizadas no Painel de Preços do Governo Federal e em sítios eletrônicos especializados.

Item B: Materiais mensais e anuais: considerou-se a mediana dos valores identificados pela administração em consultas realizadas no Painel de Preços do Governo Federal e em sítios eletrônicos especializados.

Item C: Materiais mensais e anuais: considerou-se a mediana dos valores identificados pela administração em consultas realizadas no Painel de Preços do Governo Federal e em sítios eletrônicos especializados.

Item D: Equipamentos – (Depreciação + manutenção):

Nota 1: A Administração não deve pagar o preço integral do eventual equipamento, mas somente o valor equivalente à taxa de depreciação desse bem durante a vigência do contrato. Do contrário, a Administração pode cometer o erro de remunerar o contratado, pelo custo de aquisição integral do equipamento, conforme discutido pelo TCU no âmbito do Acórdão 966/2010 - Plenário.

Nota 2: Manual de Contabilidade aplicada ao setor público - exercício 2023: valor residual de um ativo é o valor estimado que a entidade obteria com a venda do ativo, caso o ativo já tivesse a idade, a condição esperada e o

tempo de uso esperados para o fim de sua vida útil. O cálculo do valor residual é feito por estimativa, sendo seu valor determinado antes do início da depreciação. Assim, o valor residual seria o valor de mercado depois de efetuada toda a depreciação. O valor residual é determinado para que a depreciação não seja incidente em cem por cento do valor do bem, e desta forma não sejam registradas variações patrimoniais diminutivas além das realmente incorridas.

Nota 3: Calculou-se o valor dos equipamentos considerando-se a mediana dos valores identificados pela administração em consultas realizadas no Painel de Preços do Governo Federal e em sítios eletrônicos especializados. Sobre esse valor, efetuou-se o cálculo da depreciação e manutenção, sendo que para ambos, considerou-se os mesmos critérios utilizados nas contratações públicas do TCU (PE 33/2020 e 55/2020 UASG 30001). Para o cálculo da depreciação foram considerados o prazo de vida útil de 08 (oito) anos e valor residual de 20%, com base no Manual de Custos Rodoviários do DNIT, volume 1, de 2003. E, para o cálculo de manutenção, utilizou-se o percentual de 0,5% ao mês.

Nota 4: O método de depreciação a ser utilizado nos cálculos será o Método das Cotas Constantes, o qual utiliza-se da taxa de depreciação constante durante a vida útil do ativo, caso o seu valor residual não se altere (Manual de Contabilidade aplicada ao Setor Público).

Metodologia para cálculo do valor dos equipamentos depreciados

equipamentos depreciados = $[(VE \times 0,8) / (8 \times 12)]$, ONDE:

VE = valor do equipamento

0,8 = valor residual de 20% (findo o tempo de vida útil do equipamento, 8 anos, ainda possuirá um valor residual de 20%)

8 = tempo de vida útil

12 = nº de meses do contrato

obs: o valor obtido deverá ser dividido pelo número de prestadores de serviços

MÓDULO 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro

A - CUSTOS INDIRETOS

Nota 1: IN 05/2017 - Anexo I - Definições: os custos envolvidos na execução contratual decorrentes dos gastos da contratada com sua estrutura administrativa, organizacional e gerenciamento de seus contratos, calculados mediante incidência de um percentual sobre o somatório do efetivamente executado pela empresa, a exemplo da remuneração, benefícios mensais e diários, insumos diversos, encargos sociais e trabalhistas, tais como os dispêndios relativos a:

- a) funcionamento e manutenção da sede, aluguel, água, luz, telefone, Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU), dentre outros;
- b) pessoal administrativo;
- c) material e equipamentos de escritório;
- d) preposto; e
- e) seguros

Nota 2: SEGES/caderno técnico/limpeza: os índices utilizados pela FIA para cálculo dos custos indiretos, tributos e lucro tem origem nos estudos elaborados pelo Governo do Estado de São Paulo, Ministério Público e Supremo Tribunal Federal sem, contudo, serem limitadores. Os valores obtidos por esses estudos são: Custos Indiretos (CI): 3,00%.

Metodologia para cálculo dos Custos Indiretos

Custos indiretos = (Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3 + Módulo 4 + Módulo 5) x 3%

B - LUCRO

Nota 1: IN 05/2017 - Anexo I - Definições: ganho decorrente da exploração da atividade econômica, calculado mediante incidência percentual sobre o efetivamente executado pela empresa, a exemplo da remuneração, benefícios mensais e diários, encargos sociais e trabalhistas, insumos diversos e custos indiretos.

Nota 2: SEGES/caderno técnico/limpeza: os índices utilizados pela FIA para cálculo dos custos indiretos, tributos e lucro tem origem nos estudos elaborados pelo Governo do Estado de São Paulo, Ministério Público e Supremo Tribunal Federal sem, contudo, serem limitadores. Os valores obtidos por esses estudos são: Lucro antes do Imposto de Renda (L): 6,79%.

Metodologia para cálculo do Lucro

Lucro = [(Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3 + Módulo 4 + Módulo 5) + custos indiretos] x 6,79%

C - TRIBUTOS

Nota 1: tributos são gastos relacionados com o recolhimento de contribuições, impostos e taxas que incidem diretamente no faturamento, tais como PIS, COFINS e ISS.

Nota 2: em relação aos tributos federais, foram considerados os percentuais de regime de tributação lucro real, sendo 7,6% para COFINS e 1,65% para PIS. Para o ISS, foi considerado o percentual de 5%, conforme Lei Complementar nº 32, de 30 de dezembro de 2014 que institui o novo Código Tributário Municipal da cidade de Ipameri/GO.

Nota 3: Orientações sobre PIS e COFINS em contratações de prestação de serviços, com dedicação exclusiva de mão de obra - Portal de compras governamentais

<https://www.gov.br/compras/pt-br/centrais-de-conteudo/orientacoes-e-procedimentos/19-orientacao-sobre-pis-e-cofins-em-contratacoes-de-prestacao-de-servicos-com-dedicacao-exclusiva-de-mao-de-obra>

A Secretaria de Gestão orienta os órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais (Sisg) sobre o aproveitamento de créditos tributários nas contratações de prestação de serviços continuados, com dedicação exclusiva de mão de obra, celebradas com empresas optantes pelo regime de lucro real (com direito à incidência não cumulativa de contribuições ao PIS e COFINS).

Na elaboração dos termos de referência e editais, os órgãos e entidades deverão exigir que os licitantes, quando tributados pelo regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, contêm na planilha de custos e formação de preços (que detalham os componentes dos seus custos) as alíquotas médias efetivamente recolhidas dessas contribuições.

Isso porque as empresas submetidas a tal regime, conforme normativos vigentes, podem realizar o abatimento de créditos apurados com base em custos, despesas e encargos, tais como insumos, aluguéis de máquinas e

equipamentos, vale transporte, dentre outros, fazendo com que os valores dos tributos efetivamente recolhidos sejam inferiores às alíquotas de 1,65% (PIS) e 7,60% (COFINS).

Para a das alíquotas médias efetivas, poderão ser exigidos os documentos de comprovação Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou outro meio hábil, em que seja possível demonstrar as alíquotas médias efetivas.

A comprovação das alíquotas médias efetivas deverá ser feita no momento da repactuação ou da renovação contratual a fim de se promover os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos de PIS e COFINS.

[1] As Leis nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002 e nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, tratam do regime de apuração de incidência não cumulativa das contribuições ao Programa de Integração Social (PIS) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

Nota 4: Os tributos são calculados sobre o faturamento. Este último corresponderá ao somatório dos módulos 1 a 5 mais custos indiretos e lucro. Tendo em vista que os próprios tributos integram a base de cálculo, utiliza-se um tipo de fórmula denominada “circular” ou “cálculo por dentro”.

Metodologia para o “cálculo por dentro” dos tributos

1º PASSO: calcular faturamento

faturamento = total dos módulos 1 a 5 + custos indiretos + lucro

2º PASSO: total dos tributos

somatório do PIS + CONFINS + ISS

3º PASSO: subtrair o total dos tributos de 100 e dividir o resultado por 100

4º PASSO: dividir o faturamento pelo quociente

O resultado encontrado será o valor sobre o qual serão calculados os tributos.

Metodologia para cálculo do Módulo 6

módulo 6 = custos indiretos + lucro + tributos

Nota 5: Para a estimativa do custo da pretensa contratação, foram utilizadas as alíquotas máximas de 1,65% (PIS) e 7,60% (COFINS).

CUSTO MENSAL UNITÁRIO POR METRO QUADRADO (M²)

O custo mensal do metro quadrado por tipo de área e o valor mensal estimado da contratação, constam discriminadas no quadro a seguir:

RESUMO					
Identificação	Área	M2 limpeza	Valor R\$ /m2	Valor mensal	Produtividade
1. Área interna - Piso frio	2.452,96	1.303,11	R\$ 5,44	R\$ 7.088,91	1200
2. Área interna - Banheiros	295,64	349,11	R\$ 21,78	R\$ 7.603,61	300
3. Área interna - Laboratórios	530,94	314,39	R\$ 14,52	R\$ 4.564,94	450

4. Área interna - Espaços livres	1.587,20	1.043,89	R\$ 4,35	R\$ 4.540,92	1500
5. Área externa - Pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações	1.544,11	293,3	R\$ 2,42	R\$ 709,78	2700
6. Área externa - Passeios e arruamentos	1.567,49	323,45	R\$ 0,72	R\$ 232,88	9000
7. Área externa - Pátios e áreas verdes com alta frequência	790,70	790,7	R\$ 2,42	R\$ 1.913,49	2700
8. Esquadrias	1.296,90	20,59	R\$ 0,40	R\$ 8,23	380
VALOR MENSAL TOTAL				R\$ 26.662,76	

8.6.1. Valor apurado de acordo com o preenchimento das planilhas de custos e formação de preços, conforme orientação contida no Anexo V, item 2, subitem 2.9, alínea B, da IN 05/2017, observados os custos dos itens que compõem os serviços a serem contratados.

Dessa forma, o valor estimado para a contratação é de R\$ 26.662,76 (vinte e seis mil, seiscentos e sessenta e dois reais e setenta e seis centavos) mensais e R\$ 319.953,12 (trezentos e dezenove mil, novecentos e cinquenta e três reais e doze centavos) global.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 O art 47, § 1º, da Lei nº 14.133/2021 orienta que “na aplicação do princípio do parcelamento deverão ser considerados a responsabilidade técnica, o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens, e o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.”

9.2. Tal medida está consoante com o Acórdão/TCU 1214/2013-Plenário, item III - 175 diz:

“... opta-se pelo não parcelamento quando se referir a objeto sem nenhuma complexidade técnica, a exemplo de limpeza, condução de veículos, recepção, e pelo parcelamento quando se tratar de serviços técnicos em que as empresas atuam de forma segmentada por especialização, a exemplo de manutenção predial, ar condicionado, telefonia, serviços de engenharia em geral, áudio e vídeo, informática.”

9.3. O agrupamento em lotes de itens é considerado lícita, desde que possuem mesma natureza e que guardem relação entre si, conforme disposto no Acórdão 5.260/2011 – 1ª Câmara, Acórdão 861/2013 Plenário, TC006.719 /2013, relatora Ministra Ana Arraes, 10.04.2013.

9.4. Desta forma, não haverá o parcelamento da solução.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Para a presente contratação não é necessária uma contratação correlata ou interdependente.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A contratação pretendida busca atender à necessidade de manutenção das atividades-fim e meio da instituição, relacionadas às demandas acadêmica e administrativa, servindo de apoio à implementação dos objetivos definidos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2024/2028. Além disso, está alinhada ao Planejamento e Gerenciamento de Contratações PGC da instituição, constando no PAC (Plano Anual de Contratações) 2026, conforme detalhamento a seguir:

ID PCA no PNCP: 10651417000178-0-000001/2026

Data de publicação no PNCP: 11/02/2025

Id do item no PCA: 3457

Classe/Grupo: 853

Identificador da Futura Contratação: 158124-504/2026.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Os benefícios diretos que o órgão almeja com esta contratação, na modelagem proposta, é a manutenção de asseio e conservação de suas áreas edificadas e não edificadas, com economicidade, eficácia, eficiência e aproveitamento de recursos humanos, materiais e financeiros possíveis, incluindo respeito a impactos ambientais.

Dentre os objetivos específicos a serem buscados, através de contratação que alie aspectos técnicos favoráveis e proposta vantajosa para a Administração Pública, destacamos:

- Público usuário (docentes, técnicos administrativos, estudantes e demais usuários) satisfeito com o estado de conservação e condições de salubridade das dependências do IF Goiano - Campus Ipameri;
- Atendimento aos preceitos legais vigentes no que tange à sustentabilidade;
- Prestação de serviços de apoio às atividades fins da instituição com eficiência, eficácia e economicidade, de acordo com os requisitos estabelecidos e previstos neste ETP.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Espaços físicos: Não há necessidade de adequações dos espaços físicos para esta contratação.

13.2. Capacitação de servidores: Será necessária a designação de servidores capacitados para a atividade de gestão, fiscalização técnica e fiscalização administrativa, ou, na impossibilidade, capacitar urgentemente aqueles que nunca desempenharam a função de fiscal. Outrossim, deverá ser oportunizado a todos os fiscais, capacitações em caráter de aprimoramento ou em função da implementação de nova legislação.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Conforme detalhamento nos itens 4.11 e 4.12 deste Estudo Técnico Preliminar, serão seguidas as recomendações previstas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU, 6ª ed. 2023, que orienta sobre sustentabilidade nas contratações no âmbito da Administração Pública Federal e as previstas no Caderno de Logística 2014 que orienta sobre os aspectos gerais na contratação de serviços de limpeza, asseio e conservação no âmbito da Administração Pública Federal.

14.2. Tanto o Guia da AGU como o Caderno de Logística recomendam que sejam adotadas, no Termo de Referência e/ou Minuta de Contrato, boas práticas sustentáveis para contratação de serviços de limpeza.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A viabilidade da contratação se justifica pois foram cumpridos todos os requisitos presentes no ETP.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MATEUS FERNANDES ALVES

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 23/03/2026 às 16:04:23.



Documento assinado digitalmente

VILSON ANTONIO DE AMORIM

Data: 23/03/2026 16:16:22-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

VILSON ANTONIO DE AMORIM

Membro da comissão de contratação

Documento Digitalizado Público

Estudo Técnico Preliminar Digital nº 31/2026 - ETP Digital

Assunto: Estudo Técnico Preliminar Digital nº 31/2026 - ETP Digital
Assinado por: Mateus Alves
Tipo do Documento: Documentos
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

- **Mateus Fernandes Alves, COORDENADOR(A) - FG1 - CCLC-IPA**, em 23/03/2026 16:30:18.

Este documento foi armazenado no SUAP em 23/03/2026. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 861335
Código de Autenticação: ea229853cc

